

# Relatório de Gestão



**Área: PROAD**  
**Exercício: 2020**

SUMÁRIO

<b>1. Conteúdo do RG comum a todas as áreas da UFABC .....</b>	<b>4</b>
1.1. PDI, Planejamento e Resultados Estratégicos .....	4
<b>2. Conteúdo do RG específico por área.....</b>	<b>7</b>
2.1. SIG .....	7
2.2. Sustentabilidade, projetos e riscos.....	9
2.3. Licitações e contratos.....	14
2.3.1. Gestão de licitações e contratos - Repositório de Dados UFABC .....	22
2.4. Cronograma de pagamentos de obrigações .....	26
2.5. Alimentação SIASG.....	27
2.6. Execução das despesas .....	27
2.6.1. Créditos Originários .....	27
2.6.2. Créditos de Movimentação .....	58
2.7. Transferência de recursos.....	61
2.8. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	66
2.9. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	69
2.10. Suprimento de fundos.....	73
2.11. Patrimônio.....	79
2.12. Gestão de custos .....	79
2.13. Conformidade contábil .....	80
2.14. Desempenho financeiro .....	82
2.15. Demonstrações contábeis.....	83
2.16. Declaração do contador.....	84
2.17. Geral .....	85



## 1. Conteúdo do RG comum a todas as áreas da UFABC

### 1.1. PDI, Planejamento e Resultados Estratégicos

Considerando o **PDI 2013-2022** e tendo como base os Temas Geradores do Planejamento Estratégico para o período 2018-2022, quais foram os principais **resultados estratégicos** alcançados por sua área em 2020? O ano de 2020 foi atípico portanto, os resultados - e as respostas a este roteiro de questões - estarão permeados pelos efeitos da pandemia de Covid-19 e da necessária suspensão das atividades didáticas e administrativas presenciais.

Considere os seguintes aspectos:

- Identifique os principais os objetivos e as atribuições da atuação da área, conforme os documentos estatutários existentes e os processos finalísticos da UFABC (ensino, pesquisa e extensão), sendo esses, portanto, os elementos orientadores de sua missão. E aponte as principais normas direcionadoras de sua atuação, com os respectivos links de acesso.
- Quais foram as ações tomadas em relação à pandemia de Covid-19 e à suspensão das atividades presenciais para que as atividades acadêmicas e/ ou administrativas pudessem ser realizadas pela sua área?
- Qual foi o impacto da pandemia sobre o planejamento e os resultados de sua área em 2020?
- Ainda sobre a pandemia, quais as perspectivas para a retomada gradual das atividades presenciais?
- Mencionar a qual ou quais temas geradores os resultados estão alinhados;
- Descrever os principais **processos** de trabalho e **produtos** que contribuem para o alcance dos resultados e para a geração de **valor público**;

- Descrever e sistematizar os **impactos** a partir dos resultados alcançados;
- Descrever e sistematizar os **riscos** enfrentados, e como foram mitigados;
- Apresentar os principais **desafios** e as possíveis **ações futuras**;
- Acrescentar, sempre que possível, gráficos, tabelas e/ou infográficos que embasem as informações.

## Observação:

Este item deve ser respondido com um texto, de até duas páginas, que deve considerar os aspectos acima abordados. Ressaltamos a importância do alinhamento da resposta ao PDI, e aos Temas Geradores do Planejamento Estratégico 2018-2022, o que reforça a necessidade da leitura dos documentos correspondentes.

O ano de 2020 foi bastante desafiador, mas também possibilitou que a Pró-Reitoria de Administração (ProAd) executasse e concluísse alguns projetos que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos da Universidade.

Por conta da pandemia de Covid-19 houve a suspensão das atividades presenciais e foi preciso identificar formas distintas de realizar as nossas rotinas em formato de trabalho remoto. Assim, em continuidade às ações para haver uma gestão mais sustentável e menos burocrática, avançou-se com as discussões do projeto do Processo Eletrônico, gerando maior agilidade e transparência na tramitação dos processos e documentos.

O processo que mais avançou nessa discussão foi o relacionado às compras e contratações, que segue em teste e tem sua homologação prevista para o primeiro trimestre de 2021, o que trará maior transparência e agilidade nas compras públicas.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) teve importante destaque no exercício de 2020, pois foi um ano de muitas novidades, em que foi preciso discutir e implantar novas rotinas e fluxos que possibilitassem a

realização de atividades acadêmicas e administrativas em formato remoto, minimizando a exposição da comunidade acadêmica e garantindo a prestação do serviço público.

A ProAd, designada como Unidade de Gestão da Integridade da UFABC, acompanhou as ações e reuniões técnicas organizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de forma a aprimorar os programas de integridade pública e promover a cultura de integridade na Universidade.

Destaca-se a execução do Plano de Dados Abertos, compreendendo o triênio 2020-2022, que foi instituído pela Portaria da Reitoria nº 451, de 22 de novembro de 2019 e publicada no Boletim de Serviço da UFABC nº 896, de 26 de novembro de 2019. Também por força da referida Portaria, em 2020 iniciou-se a divulgação do Repositório de Dados da Universidade, como canal oficial de divulgação para garantir maior transparência ativa de bases de dados e de estatísticas institucionais de natureza administrativa.

É importante destacar que, além da participação do CGRC, esses documentos são resultado do trabalho de diversos servidores dos mais variados setores, nomeados para composição de Grupos de Trabalho, o que garante maior interação entre as áreas e reproduz uma forma mais completa da Universidade e suas especificidades.

Com foco na sustentabilidade e desburocratização, a ProAd prosseguiu com a revisão dos modelos de Termos de Referência, Contratos e Editais e dos fluxos das contratações públicas, objetivando maior utilização de meios digitais através de ferramenta disponível no Portal de Compras Governamentais e contribuindo, desta forma, para a redução dos prazos de conclusão das compras, além de garantir maior transparência e interação da UFABC com a sociedade.

Ainda no aspecto da Sustentabilidade, a ProAd participou como convidada das reuniões e ações da “*Rede SustentAção SP*”, que tem como objetivo compartilhar boas práticas, projetos e iniciativas voltadas à sustentabilidade nos órgãos públicos no estado de São Paulo. Esse acompanhamento resultou no convite formal para a UFABC aderir ao Termo de

Cooperação e participar de forma ainda mais ativa nesse coletivo.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, no exercício de 2020 foi executado o primeiro Plano Anual de Contratações (PAC) da UFABC, contribuindo para deixar o processo mais completo e transparente, o que possibilita uma gestão mais sustentável e maior interação com a sociedade. Por ser o primeiro ano de execução e em meio a uma pandemia, isso demandou grande esforço por parte dos servidores e setores envolvidos no processo de execução orçamentária, exigindo ajustes ao longo do ano.

Todos esses procedimentos seguem em desenvolvimento nos próximos exercícios, de forma a ter, a cada dia, uma Universidade mais integrada, tanto internamente quanto com a sociedade, transparente e sustentável, sendo capaz de gerir seus recursos da melhor forma e oferecendo um ensino de qualidade.

## **2. Conteúdo do RG específico por área**

### **2.1. SIG**

#### **1. Qual a situação da implantação do módulo de Contratos do SIG? Houve avanços em sua utilização? Quais as perspectivas para 2021?**

O módulo de Contratos do SIG foi parcialmente homologado pela Divisão de Contratos que, desde o início de 2018, vem alimentando a base de dados, ou seja, todos os contratos formalizados pela UFABC nos anos de 2018 a 2020 já estão cadastrados no SIG. Vale ressaltar que os contratos de anos anteriores estão sendo cadastrados no sistema na medida em que são encaminhados para a Divisão de Contratos para adoção de alguma providência, como prorrogações, repactuações, entre outras.

Importante destacar que o módulo de Contratos foi homologado

parcialmente porque as demais áreas da UFABC, que possuem relação íntima com os processos e fluxos da Divisão de Contratos, ainda não homologaram seus respectivos módulos, impedindo a vinculação das diversas etapas inerentes a um processo de contratação. Quando da finalização do processo de implantação desses módulos, entende-se que será possível homologar todo o fluxo e, conseqüentemente, os módulos em sua totalidade.

**2. Sobre a implantação do processo eletrônico do SIG, quais as principais ações de 2020, e quais as perspectivas para 2021? Qual o impacto da pandemia e quais ações estão sendo tomadas para que não haja retrocessos na implantação do processo eletrônico de aquisições após o retorno presencial?**

Durante o exercício de 2020 a Divisão de Arquivo e Protocolo (DAEP) priorizou a manutenção das atividades de protocolo por meio remoto, de forma a não prejudicar o andamento das atividades prioritárias para o funcionamento da Universidade. Desta forma, a primeira iniciativa foi a disponibilização de um novo ambiente do SIG-SIPAC para que os processos físicos que estavam em andamento pudessem ser instruídos de forma remota e ter sua continuidade.

O ambiente foi disponibilizado no mês de abril para atender os processos que envolviam execução orçamentária, em especial os relacionados às aquisições/contratações de bens e serviços. Após o cumprimento desta etapa, foi dada continuidade aos trabalhos de migração de documentos e processos para o meio eletrônico conforme cronograma de migração definido em 2019. Para isto, foram utilizadas ferramentas de webconferência, compartilhamento de documentos e gestão de tíquetes eletrônicos para atender as demandas das áreas de forma organizada.

Para o ano de 2021 o foco principal é priorizar a migração do processo de aquisição/contratação e seus correlacionados, objetivando atender as exigências do Acórdão TCU/Plenário nº 389/2020 e, posteriormente, dar continuidade ao cronograma de migração de documentos e processos da UFABC. Caso haja retorno das atividades presenciais, a DAEP deverá



acompanhar a regularização dos processos físicos instruídos através do ambiente remoto criado para tal.

## 2.2. Sustentabilidade, projetos e riscos

### 3. Em relação ao tema Sustentabilidade, quais as principais ações da PROAD em 2020, e quais as perspectivas para 2021?

O ponto de maior destaque da ProAd no que tange à sustentabilidade diz respeito à implantação e migração, ainda que parcial, dos documentos avulsos e processos eletrônicos. Além de reduzir de forma significativa os prazos de tramitação dos processos e documentos, tal ação reduzirá as despesas com papel sulfite e insumos de impressão.

Outros pontos de destaque são relacionados ao fluxo dos processos de aquisições/contratações, onde as diversas áreas técnicas da Universidade são orientadas a inserirem em seus processos, produtos e serviços com critérios e práticas de sustentabilidade. Destaca-se, contudo, que nem sempre a questão da sustentabilidade é definida na especificação do bem que se pretende contratar, podendo ser registrada na forma de produção e/ou descarte dos produtos envolvidos na fabricação, execução e fiscalização dos contratos.

Como exemplo, há as contratações de serviços gráficos, onde além de prever a possibilidade de impressão em papel reciclado, também consta a obrigatoriedade de a empresa contratada apresentar declaração de que faz o descarte ou reutilização das aparas de papel, assim como da tinta e/ou toner. Essas exigências estão em consonância com o disposto na Lei nº 12.305/2010 e foram incorporadas de forma a minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como reduzir os impactos causados à saúde e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Outro exemplo de aquisição de materiais sustentáveis, é a compra de papel toalha e papel higiênico em unidade de medida de fardos, visando à economicidade, praticidade e armazenagem dos materiais de forma mais sustentável.

Os modelos de Termo de Referência, Contratos e Editais, são constantemente atualizados conforme modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU), que contam com a indicação de que nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Nos modelos atualizados constam orientações para que sejam observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MP nº 01/2010 e nº 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Uma ação importante relacionada à sustentabilidade diz respeito ao acompanhamento da ProAd nas ações da “Rede SustentAção SP”, onde são compartilhadas boas práticas, projetos e iniciativas voltados à sustentabilidade nos órgãos públicos no estado de São Paulo. Os objetivos da “Rede SustentAção-SP” são:

- i) desenvolver a cooperação entre os órgãos públicos em assuntos relacionados à sustentabilidade;
- ii) gerar e sistematizar o conhecimento acumulado e multiplicar a aprendizagem adquirida;
- iii) estimular o uso racional de materiais, equipamentos, força de trabalho, imóveis, infraestrutura e serviços contratados com atenção aos princípios atinentes ao desenvolvimento sustentável;
- iv) fomentar a parceria entre as instituições de ensino e pesquisa e os órgãos e entes públicos através do desenvolvimento de projetos de extensão, oferta de estágios, pesquisas, entre outros;
- v) realizar o intercâmbio de experiências entre os signatários;
- vi) promover o debate sobre responsabilidade socioambiental nas organizações e divulgar legislação, normas e iniciativas pertinentes;
- vii) propor, estimular e promover a expansão e o aprimoramento das ações de responsabilidade socioambiental e a minimização dos impactos negativos gerados.

Em 2020, foram realizadas 11 reuniões, sendo uma presencial e dez virtuais com a utilização da estrutura de webconferência disponibilizada pela

UNIFESP, já no contexto da pandemia do coronavírus.

O principal enfoque dos trabalhos durante o ano foi a elaboração e validação dos instrumentos de institucionalização da rede de modo a oficializar a adesão das diversos órgãos e entidades e a partir de setembro iniciou-se o convite formal aos órgãos para integrarem oficialmente a rede, por meio do instrumento Termo de Cooperação. Como dito anteriormente, a UFABC foi uma das instituições convidadas a participar oficialmente da Rede.

Ao longo de 2020 foram realizados alguns eventos virtuais, que contaram com a participação da UFABC, sendo eles:

- 14/05/2020 - Sustentabilidade nas contratações públicas - Covid-19 - Dra. Teresa Villac (AGU);
- 28/07/2020 - Gestão Ambiental no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (Campinas) - André e Luciana (LFDA-SP);
- 13/08/2020 - Apresentação do Jogo Virtual TRT-2 Sustentável - Fernanda Martins (TRT-2);
- 20/08/2020 – Webnar UFABC/ENEL - Eficiência Energética / Painéis fotovoltaicos; e
- 10/09/2020 - Apresentação do Programa Socioambiental do TJMSP - Luigi Loprete (TJMSP).

#### **4. Existem indicadores para acompanhamento de ações e projetos da PROAD? Se sim, quais são eles?**

A ProAd não utiliza índices para expressar ou quantificar um insumo, um resultado, uma característica ou o desempenho de um processo, serviço ou produto da área.

#### **5. Quais foram os principais desafios e riscos enfrentados pela PROAD em 2020, e como foram mitigados? Quais as perspectivas para 2021?**

O maior desafio enfrentado ao longo de 2020 foi a pandemia de

coronavírus. A Portaria da Reitoria nº 394, de 25 de março de 2020 e publicada no Boletim de Serviço nº 927, de mesma data, suspendeu as atividades presenciais a partir de março e, em caráter excepcional, implantou o modelo de teletrabalho, por prazo indeterminado, afetando, diretamente na execução das atividades que, até então, eram realizadas exclusivamente em modo presencial.

Manter a Universidade em funcionamento e garantir a execução orçamentária e financeira exigiu muito esforço e comprometimento por parte da gestão e dos servidores técnico-administrativos.

Com a suspensão das atividades presenciais a ProAd buscou formas alternativas de realizar suas rotinas, tentando minimizar, ao máximo a presença física dos servidores na Universidade, garantindo o cumprimento de prazos e compromissos.

Como destaque de medida de contingência, houve a disponibilização de ambiente virtual temporário para instrução e tramitação de processos físicos que já estavam em andamento, buscando minimizar os impactos causados pela suspensão das atividades presenciais, garantindo a continuidade das compras/contratações de bens e serviços demandados pela Universidade.

Ainda, ao longo de 2020, houve como grande desafio a legislação voltada para as contratações públicas. Nos últimos anos, especialmente no exercício de 2019, diversas normativas foram publicadas atualizando os procedimentos e fluxos, o que exigiu grande esforço da Universidade para manter documentos, modelos e equipe atualizados para atender todo esse arcabouço legal.

Como destaque, a Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações. No ano de 2020 houve a execução do primeiro Plano Anual de Contratações da UFABC, elaborado no exercício de 2019. Por ser o primeiro e por conta dos reflexos da pandemia, foi preciso ajustá-lo ao longo do ano, exigindo esforço da ProAd e das diversas áreas de execução orçamentária.

Outro destaque foi a publicação do Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, dispondo sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Essa normativa trouxe grandes desafios para a ProAd, uma vez que a modalidade pregão em sua forma eletrônica é a mais utilizada nas contratações da UFABC, e com a entrada em vigor do referido dispositivo legal houve a necessidade de readequação dos modelos de Termo de Referência, Minutas de Contrato e Editais.

Ainda, houve publicação de diversas normas para adequação ao panorama de crise da pandemia da Covid-19. A Lei nº 13.979/2020 disciplinou o novo formato das compras públicas, com regramento mais flexível e para efetivar contratações mais céleres e mais eficientes. Além disso, foram publicadas diversas Medidas Provisórias, como a MP 926/2020 (convertida na Lei nº 14.035/2020 que trouxe alterações no texto da Lei nº 13.979/2020), a MP 951/2020 (perdeu a sua eficácia sem conversão em lei e versou sobre a possibilidade de Dispensa através do Sistema de Registro de Preços) e a MP 961/2020 (convertida na Lei nº 14.065/2020, que autoriza pagamentos antecipados nas licitações e contratos, amplia o limite de valores de dispensa de licitação e amplia o uso do RDC).

Todas estas alterações também acarretaram a necessidade de readequação dos modelos de Termo de Referência, Minutas de Contrato e Editais utilizados pela UFABC para contratações em que o objeto contratado tivesse como finalidade o combate ao coronavírus.

## **6. Qual o papel da PROAD no Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC da UFABC?**

Como membro do CGRC a ProAd deve, entre outros, garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público. Além de acompanhar as reuniões e discussões do CGRC, os modelos de documentos e

fluxos são constantemente atualizados, de forma a garantir que a legislação e normas regulamentadoras estão sendo cumpridas.

Ainda com relação às atividades do CGRC, a ProAd tem papel fundamental na divulgação e atendimento do Plano de Integridade, aprovado pela Portaria da Reitoria nº 104, de 12 de abril de 2019, publicada no BS nº 835 de 16 de abril de 2019 e na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pela Portaria da Reitoria nº 353, de 10 de outubro de 2019, publicada no BS nº 884 de 11 de outubro de 2019.

Em 2020 a ProAd foi designada como Unidade de Gestão da Integridade da UFABC, acompanhando as ações e reuniões técnicas organizadas pela CGU e pela OCDE, destacando-se a campanha “Integridade somos todos nós”, para aprimorar os programas de integridade pública e promover a cultura de integridade na Universidade, e o “Projeto Valores do Serviço Público Federal”, onde os próprios servidores puderam votar e escolher os valores que irão orientar e balizar a cultura da Administração Pública.

### 2.3. Licitações e contratos

**7. Quais foram as contratações mais relevantes para o alcance do objetivo estratégico da Universidade? Descreva as justificativas para essas contratações.**

No decorrer de 2020 a ProAd realizou centenas de contratações, nas diversas modalidades e formas, para atender as demandas e objetivos estratégicos da Universidade. As mais significativas não são necessariamente aquelas que apresentam os maiores valores, mas as que apresentam em seu objeto materiais ou serviços destinados a oferecer melhores condições para as atividades acadêmicas e administrativas.

Abaixo, na Tabela 1, estão citados os dez Pregões Eletrônicos realizados em 2020 que apresentavam valores de referência mais expressivos.

**TABELA 1 – Grandes contratações realizadas na modalidade Pregão Eletrônico**

Pregão Eletrônico (nº/ano)	Objeto	Valores	
		Referência	Aquisição
<b>90/2020</b>	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva predial no ramo de engenharia, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, bem como realização de serviços eventuais diversos e adequações, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais.	R\$ 6.368.493,72	R\$ 3.890.000,00
<b>5/2020</b>	Contratação de serviços contínuos de vigilância desarmada, com fornecimento de toda a mão de obra.	R\$ 3.370.477,44	R\$ 2.692.736,16
<b>17/2020</b>	Registro de preços para aquisição de mobiliário geral.	R\$ 2.268.584,07	R\$ 668.860,42
<b>97/2020</b>	Aquisição de solução de segurança de rede do tipo <i>firewall</i> de próxima geração ( <i>Next Generation Firewall</i> ) para segurança da informação de perímetro que possibilite visibilidade e controle de tráfego e aplicações em camada 7, filtragem de conteúdo <i>web</i> , prevenção contra ataques e ameaças avançadas e modernas, filtro de dados, VPN e controle granular de banda de rede compreendendo o fornecimento de equipamentos e <i>software</i> integrados na forma de <i>appliance</i> .	R\$ 1.395.420,46	R\$ 1.241.461,70
<b>86/2020</b>	Registro de preços para contratação de serviços de estrutura, locação de equipamentos e mobiliários para a realização de eventos.	R\$ 1.284.392,59	R\$ 623.408,72
<b>108/2020</b>	Aquisição de Solução de Armazenamento de Dados – <i>Storage</i> .	R\$ 1.094.199,98	R\$ 813.700,00

<b>29/2020</b>	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros de forma eventual, conforme demanda, com fornecimento de ônibus, micro-ônibus, vans convencionais e vans adaptadas com plataforma elevatória veicular (PEV), incluindo motorista, fornecimento de combustível, seguro e manutenção dos veículos, para atendimento de demandas de viagens municipais, intermunicipais e interestaduais necessárias para a realização de atividades/aulas de campo, eventos de extensão, participação em cursos, treinamentos, simpósios e outros eventos.	R\$ 857.821,70	R\$ 694.141,63
<b>107/2020</b>	Contratação de pessoa jurídica, especializada na prestação de serviços de reforma e recuperação de estruturas de concreto armado - conforme técnicas de restauração estrutural, assim como, no fornecimento, restauro, instalação de fachada ventilada “brise”, para atender a demanda no reservatório elevado de água do campus São Bernardo do Campo.	R\$ 747.100,90	R\$ 708.000,00
<b>37/2020</b>	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de Zeladoria e Ajudantes Gerais.	R\$ 689.189,52	R\$ 408.645,36
<b>74/2020</b>	Registro de preços para eventual aquisição de papel higiênico e papel toalha.	R\$ 631.975,00	R\$ 325.995,00
<b>Valor Total</b>		<b>R\$ 18.707.655,38</b>	<b>R\$ 12.066.948,99</b>

Fonte: ProAd/CGSA – Acompanhamento de Licitações 2020

Foram realizadas aquisições e contratações consideradas como de grande importância e relevância para atendimento dos objetivos estratégicos da instituição e que garantem um ambiente melhor estruturado e condições de inclusão e permanência. Além disso, houve contratações voltadas à segurança de tecnologia da informação e também à manutenção predial da Universidade.



Abaixo, na Tabela 2, destaca-se a contratação realizada em 2020 por RDC Eletrônico, com valores de contratação.

**TABELA 2 – Contratações realizadas na modalidade RDC Eletrônico**

RDC Eletrônico (nº/ano)	Objeto	Valores	
		Referência	Aquisição
001/2020	Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de adequação e infraestrutura para laboratório de pesquisa no Bloco L.	R\$ 544.424,88	R\$ 490.703,34
		<b>R\$ 544.424,88</b>	<b>R\$ 490.703,34</b>

Fonte: ProAd/CGSA – Acompanhamento de Licitações 2020

Referida contratação atende a premissa de Consolidação das Obras previstas no PDI 2013-2022, garantindo maior segurança para a comunidade e bens da Universidade.

As aquisições de materiais didáticos, como livros, reagentes, ferramentas etc, por serem direcionadas às práticas de ensino, pesquisa e extensão, atividade fim da Universidade, sempre são consideradas como de grande importância e relevância para atendimento dos objetivos estratégicos da instituição.

Em um ano que dez meses foram de situação de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus, as contratações voltadas para seu enfrentamento representam grande papel e importância. Abaixo, na Tabela 3, estão as contratações diretamente relacionadas com a pandemia, seja para aquisição ou contratações de bens e serviços destinados ao seu enfrentamento, seja para possibilitar a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas em formato remoto.

**TABELA 3 – Contratações relacionadas ao enfrentamento da pandemia**

Processo nº	Dispensa nº	Objeto	Valor Contratado
-------------	-------------	--------	------------------

23006.002600/2020-18	009/2020	Aquisição de <i>kits</i> Conoravírus para atender às necessidades do projeto "Apoio do Diagnóstico de Covid-19" realizado no laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina do ABC para produção de três mil testes de biologia molecular RT-PCR, para identificação da Covid-19.	R\$ 63.824,00
23006.002590/2020-11	010/2020	Aquisição de micropipetas e suporte para atender às necessidades do projeto "Apoio do Diagnóstico de Covid-19" realizado no laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina do ABC para produção de três mil testes de biologia molecular RT-PCR para identificação da Covid-19, como medida de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	R\$ 18.500,17
23006.002400/2020-57	013/2020	Aquisição de insumos para fabricar álcool em gel.	R\$ 17.201,80
23006.002643/2020-95	014/2020	Aquisição de artigos plásticos de laboratório para atender às necessidades do projeto "Apoio do Diagnóstico de Covid-19" realizado no laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina do ABC para produção de três mil testes de biologia molecular RT-PCR, para identificação da Covid-19.	R\$ 11.105,00
23006.002814/2020-86	015/2020	Aquisição de reagentes para atender às necessidades do projeto "Apoio do Diagnóstico de Covid-19" realizado no laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina do ABC para produção de três mil testes de biologia molecular RT-PCR, para identificação da Covid-19.	R\$ 3.718,40

23006.002617/2020-67	016/2020	Aquisição de materiais de consumo diversos para atender às necessidades do projeto "Apoio do Diagnóstico de Covid-19" realizado no laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina do ABC para produção de três mil testes de biologia molecular RT-PCR para identificação da Covid-19, como medida de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	R\$ 80.261,96
23006.003647/2020-91	017/2020	Aquisição de tiocianato de guanidina para atender às necessidades do projeto "Apoio do Diagnóstico de Covid-19" realizado no laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina do ABC para produção de três mil testes de biologia molecular RT-PCR, para identificação da Covid-19, projeto desenvolvido pela UFABC em parceria com a Faculdade de Medicina do ABC (FMABC).	R\$ 8.000,00
23006.002400/2020-57	023/2020	Aquisição de material para produção de álcool em gel.	R\$ 3.570,84
23006.005059/2020-91	024/2020	Contratação de empresa especializada para locação de notebooks.	R\$ 444.000,00

Processo nº	Inexigibilidade nº	Objeto	Valor
23006.006999/2020-06	034/2020	Contratação de assinatura para acesso à biblioteca digital da empresa Minha Biblioteca Ltda.	R\$ 624.000,00
23006.006176/2020-72	040/2020	Contratação de empresa especializada para fornecimento de assinatura anual de livros eletrônicos ( <i>e-books</i> ) da Editora Wiley Subscription Services Inc. através de seu representante exclusivo no Brasil DotLib Representação Editorial Ltda para uso ilimitado de discentes, docentes e demais servidores.	R\$ 419.437,46
23006.006998/2020-53	051/2020	Contratação de empresa estrangeira especializada para prestação de serviço de acesso aos <i>e-books</i> da Editora Springer Nature.	R\$ 540.842,90

23006.003663/2020-83	052/2020	Contratação de serviço de assinatura online à plataforma PressReader, para acesso de seu acervo de jornais, revistas e periódicos nacionais e internacionais.	R\$ 50.619,18
23006.008276/2020-33	053/2020	Contratação de empresa especializada para assinatura anual de livros eletrônicos (Coleção eBook Academic Collection) da EBSCO.	R\$ 52.400,00
23006.008277/2020-88	054/2020	Contratação de assinatura de plataforma de base de dados Ebsco Discovery Service (EDS) da EBSCO.	R\$ 253.000,00

Processo nº	Pregão Eletrônico nº	Objeto	Valor
23006.004082/2020-69	053/2020	Registro de preços para aquisição de itens para enfrentamento a Covid-19.	R\$ 179.017,50
23006.007713/2020-00	104/2020	Aquisição de <i>workstations</i> de edição e transmissão ao vivo, com <i>software</i> e acessórios.	R\$ 21.650,00
23006.012718/2020-46	105/2020	Aquisição de câmeras, lentes, microfones, gravadores e acessórios.	R\$ 81.890,53

Fonte: ProAd/CGSA – Acompanhamento de Licitações 2020

**8. Descreva de modo sucinto e objetivo, os desafios e a importância da elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC) nas atividades da área no exercício de 2020.**

O Plano Anual de Contratações (PAC) é um documento que consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente, servindo de base para a elaboração da Proposta Orçamentária Anual e auxiliando a administração na tomada de decisão.

Cada Unidade de Administração de Serviços Gerais (UASG) deverá elaborar anualmente o respectivo PAC, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente. A elaboração do Plano Anual de Contratações é obrigatória, sob pena de inviabilizar a aquisição no período de execução do Plano.

A elaboração do PAC atende à Instrução Normativa nº 01 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, e diversos

Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU).

O PAC possibilita a articulação do planejamento das contratações com a proposta orçamentária, a aderência das contratações com o planejamento estratégico da organização, o uso estratégico das compras públicas, entre outros.

Outro benefício do PAC é a possibilidade de compras conjuntas, propiciando economia de escala para as unidades administrativas, além de sinalizar ao mercado fornecedor as pretensões de aquisições, de modo que ele possa se preparar, adequadamente e com antecedência, para participar dos certames licitatórios.

Além dos benefícios e avanços citados, o PAC ainda permite à área requisitante ter mais e melhores informações para a elaboração de um Termo de Referência pleno em sua completude e qualidade.

Vale, ainda, destacar que a prévia disponibilização das demandas de contratações e aquisições dos órgãos assegura maior transparência e controle social.

O principal desafio na elaboração e execução do PAC é a efetiva apropriação da cultura de planejamento pelas unidades administrativas, para que o documento elaborado não seja mera peça fictícia.

Um planejamento adequado permite o aperfeiçoamento da governança e da gestão das contratações, possibilitando a maximização dos resultados institucionais e o uso racional dos recursos públicos.

Com o PAC, a ProAd consegue identificar todas as demandas das diversas áreas da Universidade e o momento em que cada uma delas se faz necessária, possibilitando agrupamento de itens similares e organização das equipes para melhor atendimento de suas necessidades.

Ao longo de 2020, quando o primeiro PAC da Universidade foi executado, foram necessários diversos ajustes para inclusão ou exclusão de itens. Parte foi decorrente dos efeitos da pandemia, mas uma parcela ainda é derivada da falta de planejamento das áreas, prejudicando a otimização dos processos e uso racional dos recursos materiais e humanos.

**9. Descreva de maneira sucinta e objetiva os riscos identificados inerentes as ações de planejamento e gestão dos contratos e licitações realizados pela universidade em 2020.**

O principal risco é a falta de planejamento das áreas, que resulta em um volume concentrado de processos durante um determinado período do ano.

Como consequências desta concentração de processos, aliado a uma equipe de Pregoeiros reduzida (em 2020 foram nove pregoeiros responsáveis por todas as aquisições e contratações da Universidade)–existe o risco de fracionamento de despesas, com compras repetidas do mesmo objeto; uma execução financeira insatisfatória; a falta de padronização; o uso pouco racional da força de trabalho; um excesso de compras emergenciais, forçando um alto número de dispensas de licitação; a possível indisponibilidade de serviços essenciais prestados à sociedade; a descontinuidade de contratos etc.

### **2.3.1. Gestão de licitações e contratos - Repositório de Dados UFABC**

Considerando que a UFABC vem implantando um repositório de dados institucionais, ao qual a sua área é responsável pela alimentação de dados sobre gestão de licitações e contratos para a elaboração do RG 2020 serão utilizadas as seguintes tabelas:

- proad01;
- proad02.

É importante que o repositório de dados institucionais esteja devidamente alimentado quando do encaminhamento das respostas deste manual.

Em caso de dúvida sobre o repositório de dados institucionais, entrar em contato com o servidor responsável pelo tema na área (**ponto focal**).

Assim, com base nos dados disponibilizados nas respectivas tabelas, responda aos seguintes questionamentos:

**10. Qual análise se faz das informações inseridas na tabela “proad01”: “Quantidade e valor de contratações, por ano, por modalidade e em R\$”? Apresente considerações que julgar necessárias a respeito dos processos licitatórios, quantitativo de licitações nas modalidades existentes, riscos e desafios enfrentados e dinâmica entre a PROAD e áreas demandantes.**

Abaixo a Tabela 3, contendo as aquisições/contratações realizadas no ano de 2020:

**TABELA 4 - proad01**

Modalidade	2020	
	Quantidade	Valor homologado
Pregão Eletrônico	109	R\$ 16.201.583,10
RDC	1	R\$ 490.703,34
Concorrência	1	R\$ -
Dispensa de Licitação	47	R\$ 2.488.429,53
Inexigibilidade de Licitação	54	R\$ 2.961.677,61

Fonte: ProAd/CGSA

[http://dados.ufabc.edu.br/images/ufabc/proad/numeros\\_proad/proad01.ods](http://dados.ufabc.edu.br/images/ufabc/proad/numeros_proad/proad01.ods)

Conforme se verifica da análise da Tabela 4, no ano de 2020 foram realizadas 212 (duzentas e doze) licitações, sendo 111 (cento e onze) para aquisição e contratações de obras, bens e serviços comuns e 101 (cento e uma) contratações diretas.

Observa-se que as licitações para aquisição e contratações de obras, bens e serviços comuns, juntamente com as contratações diretas, somaram um montante de R\$ 22.142.393,58 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos).

As licitações representam juntas 75,39% do volume de recursos contratados no ano de 2020. Já as contratações diretas correspondem a 24,61%. A ProAd entende que essa representação está coerente, visto que as contratações públicas devem, em regra, ser precedidas de licitação, sendo as

contratações diretas as exceções.

Essa representatividade também é justificada pelo fato de as licitações apresentarem objetos mais expressivos e, conseqüentemente, maiores valores contratados. Já as contratações diretas têm, em grande parte, menor valor, objetos mais específicos, fornecedores/prestadores de serviços exclusivos ou de natureza singular, tais como participação em eventos de capacitação para atualização dos servidores.

Comparando-se com os dados de 2019, verifica-se um aumento de 11,22% no volume contratado por licitações e uma redução de 7,65% nas contratações diretas. Importante informar que um volume significativo das contratações diretas por Dispensa de Licitação foi destinado à pesquisa, sendo as mesmas fundamentadas no inciso XXI do Art. 24, da Lei nº 8.666/1993.

Destacam-se, ainda, as 9 (nove) Dispensas de Licitação fundamentadas no Artigo 4º da Lei 13.979/2020, com ações voltadas para o combate ao coronavírus, no valor total de R\$ 735.813,13 (setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e treze reais e treze centavos).

**11. Qual análise se faz das informações inseridas na tabela “proad02”: “Quantidade e valor de atividade em contratos, por ano, por tipo de contrato, em unidades e em R\$”? Apresente considerações que julgar necessárias a respeito da gestão de contratos, riscos e desafios enfrentados e dinâmica entre a PROAD e áreas demandantes.**

As informações inseridas na tabela “proad02”, e que podem ser visualizadas na Tabela 5, mostram que a maioria das contratações efetuadas pela Universidade são feitas por meio de Ata SRP, dada a flexibilidade que esse instrumento contratual oferece.

Foram formalizados 55 (cinquenta e cinco) aditivos, representando uma ligeira queda de 9,84% na comparação com o exercício 2019, mas ainda permanecendo elevado, superando os 37 (trinta e sete) contratos formalizados no exercício.

Esse número relativamente elevado de Termos Aditivos formalizados



se dá, majoritariamente, em função da natureza dos contratos celebrados para atender as necessidades da Superintendência de Obras e Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios. Essas áreas trabalham com contratos por escopo e, enquanto não se atinge o escopo, a formalização de Termos Aditivos se faz necessária.

Têm-se, ainda, os Termos Aditivos celebrados para prorrogar a vigência de contratos continuados nos quais as contratadas apresentam desempenho satisfatório. Em 2020 também houve a formalização de Termos Aditivos para suspensão de contratos, decorrentes da interrupção das atividades presenciais na Universidade.

O número elevado de formalização de Termos de Apostilamentos não traz nenhuma surpresa, pois esse documento é utilizado para aplicar condições que o contrato já prevê, como por exemplo, concessão de reajuste em contrato de obra, repactuação em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra etc.

**TABELA 5 - proad02**

Atividade	2020	
	Quantidade	Valor homologado
Análises de processos novos	181	NA
Atas assinadas	69	R\$ 3.683.880,74
Contratos assinados	37	R\$ 8.716.389,44
Contratos de adesão assinados	0	NA
Apostilamentos de Nota de Empenho formalizados	39	R\$ 10.679.287,42
Aditivos Contratuais publicados	55	R\$ 17.331.024,27
Notificações encaminhadas	37	NA
Penalizações (Advertências / Multas / Suspensões)	12	R\$ 11.158,93
Rescisões Contratuais	3	NA

Fonte: ProAd/CGSA  
[http://dados.ufabc.edu.br/images/ufabc/proad/numeros\\_proad/proad02.ods](http://dados.ufabc.edu.br/images/ufabc/proad/numeros_proad/proad02.ods)

## 1. Quais foram as medidas adotadas pela UFABC para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela

**desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012? Ao responder esta questão atente para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.**

A partir de 2015 a UFABC passou a questionar, durante a licitação, mais precisamente no momento de análise das propostas, se as licitantes são ou não beneficiárias da lei de desoneração da folha de pagamento, quando é solicitada a Planilha de Custos e Formação de Preços já adaptada ao referido benefício. Sendo assim, não houve a necessidade da adoção de qualquer medida para ressarcir valores à UFABC, pois os contratos foram celebrados observando-se a lei de desoneração.

#### **2.4. Cronograma de pagamentos de obrigações**

**2. Informe se a UFABC elabora e segue o cronograma de pagamentos de obrigações em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, observando os seguintes pontos:**

**a) A conformidade tem por finalidade demonstrar que a UFABC observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.**

**b) A unidade deve demonstrar os controles instituídos para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei.**

**c) Se a UPC não observa o cronograma de pagamento, deve apresentar as explicações e justificativas para tal.**

A UFABC atende à legislação de contratações públicas, em especial as que tratam de questões orçamentária, financeira e contábil.

No ano de 2020 a liberação de recursos financeiros por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação foi realizada mensalmente, e durante alguns meses quinzenalmente, e contemplava

praticamente todas as notas fiscais apropriadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Com os recursos sendo enviados quase na totalidade, os pagamentos foram realizados dentro das datas previstas tanto na legislação quanto nos editais, sendo que ao longo do ano houve algumas exceções que tiveram seus problemas analisados e sanados o mais breve possível para evitar o atraso nos pagamentos e a cobrança de juros.

Após a liberação dos recursos financeiros, o SIAFI e controles em planilhas são utilizados para o levantamento das despesas e identificação das prioridades de pagamento, sendo contemplados prioritariamente a assistência aos estudantes bolsistas e de baixa renda, seguido pelo pagamento das notas fiscais com valores inferiores a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), os contratos continuados (serviços essenciais para a continuidade do funcionamento da Universidade) e demais despesas.

## 2.5. Alimentação SIASG

**3. Preencha o quadro 4 com dados do gestor responsável pela área da UFABC que tenha atribuição de atualizar os dados no SIASG.**

Destaca-se que a declaração de inserção e atualização de dados junto ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), apresentada no Quadro 4, está sendo encaminhada em documento distinto, no formato \*.pdf, como ANEXO I.

## 2.6. Execução das despesas

### 2.6.1. Créditos Originários

**4. Preencha o quadro 6 considerando a soma de recursos da UFABC e por modalidade de contratação, dividindo-as em grupos totalizadores nos exercícios 2020 e 2019.**

Quadro 6 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total (R\$)

Unidade Orçamentária:		Código UO:26352		UGO:154503	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2020	2019	2020	2019	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>7.087.052,36</b>	<b>12.263.914,54</b>	<b>6.955.489,71</b>	<b>12.263.914,54</b>	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	6.978.088,82	12.263.914,54	6.846.526,17	12.263.914,54	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	108.963,54		108.963,54		
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.813.932,59</b>	<b>5.845.395,87</b>	<b>1.813.932,59</b>	<b>5.845.395,87</b>	
h) Dispensa	1.577.924,61	3.957.615,31	1.577.924,61	3.957.615,31	
i) Inexigibilidade	236.007,98	1.887.780,56	236.007,98	1.887.780,56	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>328,69</b>	<b>3.125,68</b>	<b>328,69</b>	<b>3.125,68</b>	
j) Suprimento de Fundos	328,69	3.125,68	328,69	3.125,68	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>270.242.509,08</b>	<b>242.422.368,27</b>	<b>253.954.307,57</b>	<b>242.422.368,27</b>	
k) Pagamento em Folha	270.234.488,00	242.177.968,70	253.946.286,49	242.177.968,70	
l) Diárias	8.021,08	244.399,57	8.021,08	244.399,57	
<b>5. Outros</b>	<b>12.896.415,97</b>	<b>11.128.418,12</b>	<b>12.896.115,97</b>	<b>11.128.418,12</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>292.040.238,69</b>	<b>271.663.222,48</b>	<b>275.620.174,53</b>	<b>271.663.222,48</b>	

Fonte ProAd/CGFC -SIAFI

**5. De maneira geral, de que forma a UFABC executa suas despesas com relação às modalidades de contratação?**

## Principais Ações realizadas pelas Divisões da CGSA em 2020

### Divisão de Aquisições e Contratações

A Pró-Reitoria de Administração, por meio da **Divisão de Aquisições e Contratações (DAC)**, vinculada à Coordenação-Geral de Suprimentos e Aquisições (CGSA), teve, no ano de 2020, ação decisiva na condução de licitações fundamentais para o funcionamento da Universidade e a continuidade da expansão de suas áreas físicas.

Assim como ocorreu nos últimos anos, a redução dos recursos orçamentários e financeiros para o exercício teve grande impacto no desenvolvimento das atividades das Divisões que compõem a CGSA, refletindo na abertura e instrução dos processos de aquisições e contratações e, conseqüentemente, na realização de licitações e formalização de instrumentos contratuais. Destaca-se, contudo, que essa situação não reduziu significativamente o volume de trabalho das áreas que formam a CGSA, conforme descrito adiante.

Em 2020 a DAC realizou licitações nas modalidades Pregão, Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e Concorrência. Os Pregões e RDCs foram realizados na forma eletrônica, já a Concorrência foi realizada na forma presencial, antes de ser decretado estado de calamidade pública e a conseqüente suspensão das atividades presenciais.

As licitações (Pregões, RDCs e Concorrência) totalizaram 111 (cento e onze) certames que somaram R\$ 16.692.286,44 (dezesesseis milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). Foram, ainda, realizadas 101 (cento e uma) contratações diretas, que perfazem o montante de R\$ 5.450.107,14 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e sete reais e quatorze centavos).

Somando as licitações com as contratações diretas, foram realizadas 212 (duzentas e doze) aquisições/contratações, que apresentam o montante de R\$ 22.142.393,58 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos).

Comparando com o ano anterior, conforme Tabelas 6 e 7, em termos

quantitativos houve uma diminuição de 16 (dezesesseis) contratações realizadas, representando uma redução de 7,02%. Em termos de valores, observou-se um aumento de R\$ 120.890,41 (cento e vinte mil, oitocentos e noventa reais e quarenta e um centavos), equivalendo a uma variação positiva de 0,55% no volume das contratações.

**TABELA 6 – Quantitativo de contratações - total e variação.**

2019	2020	Variação (Quant.)	Variação (%)
228	212	-16	-7,02%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

**TABELA 7 – Montante de contratações – valores totais e variação.**

2019	2020	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 22.021.503,17	R\$ 22.142.393,58	R\$ 120.890,41	0,55%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

As contratações na modalidade Pregão são as mais utilizadas pela UFABC, visto que são aplicáveis a todas as aquisições/contratações de bens e serviços comuns. Em 2020, conforme Tabela 8, as contratações feitas via Pregão Eletrônico foram as mais representativas e respondem por 73,17% do total contratado no exercício.

**TABELA 8 – Representatividade das contratações por modalidade – valores contratados.**

	2019	2020
Pregão	70,63%	73,17%
RDC	2,04%	2,22%
Concorrência	0,00%	0,00%
Chamamentos Públicos	0,00%	0,00%
Dispensa	16,48%	11,24%
Inexigibilidade	10,86%	13,38%
	100,00%	100,00%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Na UFABC a modalidade RDC é utilizada apenas para contratação de obras e serviços de engenharia, apresentando, geralmente, valores mais expressivos, o que impacta diretamente no volume de contratações do exercício. Ainda de acordo com os dados da Tabela 8, verifica-se que em 2020 a contratação feita via RDC respondeu por 2,22%. Um dos fatores que explica essa baixa representatividade é o modelo de centralização dos recursos de capital no orçamento do Ministério da Educação, adotado nos últimos exercícios. Como boa parte desses recursos são descentralizados apenas no segundo semestre, muitas vezes não há tempo hábil para realizar contratações dessa natureza, pois exigem maior tempo de publicação e análise.

Ainda de acordo com as informações constantes na Tabela 8, verifica-se que as contratações diretas (Dispensas e Inexigibilidades) somaram 24,61% do volume total contratado em 2020.

Em 2020 foram realizadas 109 (cento e nove) contratações na modalidade Pregão, todas em sua forma eletrônica, que apresentam o montante de R\$ 16.201.583,10 (dezesesseis milhões, duzentos e um mil, quinhentos e oitenta e três reais e dez centavos).

Do total contratado nessa modalidade, 33 (trinta e três) certames referem-se a registros de preços, com valor total contratado de R\$ 4.024.418,30 (quatro milhões, vinte e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta centavos). Os 76 (setenta e seis) restantes foram pontuais, com valor total contratado de R\$ 12.177.164,80 (doze milhões, cento e setenta e sete mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

**TABELA 9 – Representação Pregões Pontuais e SRP – Quantidade e valores.**

<b>Pregões - Tipos</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>	<b>Valor Total</b>	<b>%</b>
Pontual	76	69,72%	R\$ 12.177.164,80	75,16%
SRP	33	30,28%	R\$ 4.024.418,30	24,84%
	<b>109</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 16.201.583,10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Conforme Tabela 9, os pregões pontuais responderam por 75,16% do

valor total contratado em 2020. Já as licitações para registro de preços representaram 24,84%. Essa diferença de quantitativos e valores é justificada, principalmente, pelo fato de que as licitações de registro de preços são utilizadas quando não há como prever o quantitativo e período exato a ser contratado, apresentando estimativa do máximo que pode ser adquirido ao longo de sua vigência.

O registro de preços é muito utilizado para realizar a aquisição de mobiliários, equipamentos de tecnologia da informação e materiais de expediente, os quais possuem valores e quantitativos de contratação bem expressivos.

Conforme Tabela 10, abaixo, comparando com o ano de 2019, observa-se um aumento de 11 (onze) Pregões em 2020, equivalente a um acréscimo de 11,22% na quantidade de contratações. Conforme Tabela 11, comparando-se os valores contratados, observa-se um discreto aumento, correspondente a 4,03%, ou seja, houve em 2020 um aumento de R\$ 628.255,37 (seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos) do valor contratado através de Pregões Eletrônicos.

**TABELA 10 – Pregões Eletrônicos – Quantidade e variação**

2019	2020	Varição (Quant.)	Varição (%)
98	109	11	11,22%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

**TABELA 11 - Pregões Eletrônicos – Valores e variação**

2019	2020	Varição (valor)	Varição (%)
R\$ 15.573.327,73	R\$ 16.201.583,10	R\$ 628.255,37	4,03%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Conforme Tabelas 12 e 13, em 2020 foi realizada 1 (uma) contratação na modalidade Regime Diferenciado de Contratações - RDC, também em sua forma eletrônica, que apresenta o montante de R\$ 490.703,34 (quatrocentos e noventa mil, setecentos e três reais e trinta e quatro centavos). Observa-se a



manutenção no quantitativo de licitações nessa modalidade, comparado ao ano de 2019.

Analisando os valores contratados, conforme Tabela 13, observa-se um aumento, equivalente a 9,04%, que corresponde a R\$ 40.666,51 (quarenta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos). Conforme verificado na Tabela 8, as contratações nessa modalidade respondem por 2,22% do total contratado em 2020.

**TABELA 12 - RDCs Eletrônicos – Quantidade e variação**

2019	2020	Variação (Quant.)	Variação (%)
1	1	0	0,00%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

**TABELA 13 - RDCs Eletrônicos – Valores e variação**

2019	2020	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 450.036,83	R\$ 490.703,34	R\$ 40.666,51	9,04%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Conforme Tabelas 14 e 15, no ano de 2020 foi realizada uma licitação na modalidade convencional, através de Concorrência na forma presencial. Todavia, a referida Concorrência, assim como a realizada em 2019, foi julgada deserta, pela inexistência de empresas participantes.

**TABELA 14 – Concorrência – Quantidade e variação**

2019	2020	Variação (Quant.)	Variação (%)
1	1	0	0,00%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

**TABELA 15 - Concorrência – Valores e variação**

2019	2019	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

As contratações diretas somam R\$ 5.450.107,14 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta mil, cento e sete reais e quatorze centavos), respondendo por 24,61% do total contratado em 2020. Desse montante, 46,53% foram contratados por Dispensa e 53,47% por Inexigibilidade.

Conforme Tabelas 16 e 17, foram realizadas 47 (quarenta e sete) Dispensas de Licitação, sendo contratados R\$ 2.488.429,53 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos).

**TABELA 16 – Dispensas de Licitação – Quantidade e variação**

2019	2020	Variação (Quant.)	Variação (%)
35	47	12	34,29%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

**TABELA 17 - Dispensas de Licitação – Valores e variação**

2019	2020	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 3.604.115,09	R\$ 2.488.429,53	-R\$ 1.115.685,56	-30,96%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Analisando os dados das Tabelas 16 e 17, verifica-se um aumento no quantitativo de Dispensas realizadas, e uma diminuição de 30,96% no valor total das contratações diretas por Dispensa, correspondendo a uma redução de R\$ 1.115.685,56 (um milhão, cento e quinze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). O aumento no quantitativo deve-se, em parte, à atualização dos limites para contratações por meio de dispensa de licitação, por força do Decreto nº 9.412/2018. Os valores máximos para dispensa de licitação passaram de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais). Em 2020 as contratações diretas por Dispensa foram fundamentadas nos incisos II, V, XIII e XXI da Lei 8.666/93 e no Art. 4º da Lei nº 13.979/2020, conforme Tabela 18.

**TABELA 18 – Representatividade da fundamentação das Dispensas de Licitação**

Incisos	Quant.	%	Valor Total	%
---------	--------	---	-------------	---

II	10	21,28%	R\$	46.220,79	1,86%
V	1	2,13%	R\$	9.503,40	0,38%
XIII	18	38,30%	R\$	613.352,85	24,65%
XXI	9	19,15%	R\$	1.083.538,76	43,54%
Artigo 4º	9	19,15%	R\$	735.713,13	29,57%
		100,00%	R\$	2.488.428,93	100,00%

Fonte: ProAd/CGSA – Acompanhamento de Licitações 2020.

Assim como ocorrido em 2019, destaca-se que, em termos monetários, a parcela mais significativa de contratações diretas por Dispensa de Licitação refere-se àquelas voltadas diretamente para pesquisa. As 9 (nove) contratações fundamentadas no inciso XXI foram por importação direta, no valor total de R\$ 1.083.538,76 (um milhão, oitenta e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos).

Convém destacar que esses são os valores efetivamente publicados e empenhados, sendo diferentes dos valores apresentados pela Divisão de Importação, nos quais não estão contempladas despesas com armazenagem e bancárias, projeção de câmbio, entre outras. Essas contratações serão mais detalhadas na apresentação das atividades e resultados da Divisão de Importação. Considerando que a pesquisa é um dos pilares da UFABC, entende-se como sendo natural que 43,54% do volume contratado por Dispensas de Licitação estejam fundamentados no inciso XXI do Art. 24.

As contratações diretas por Dispensa de Licitação, fundamentadas no inciso II do Art. 24, que trata da contratação de valor limitado a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), correspondem a 1,86% do quantitativo total por Dispensa. Das 10 (dez) Dispensas registradas com essa fundamentação, 8 (oito) foram precedidas de Cotação Eletrônica, no valor total de R\$ 28.235,96 (vinte e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos). As 2 (duas) restantes apresentam valor total de R\$ 17.984,83 (dezessete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

Em razão da pandemia de Covid-19, houve específica previsão legal de Dispensa de Licitação, para aquisições (bens e insumos) e contratações de serviços, inclusive de engenharia, nos casos em que o objeto contratado

tivesse como finalidade o combate ao coronavírus. Foram registradas 9 (nove) Dispensas de Licitação fundamentadas no Artigo 4º da Lei 13.979/2020, no valor total de R\$ 735.813,13 (setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e treze reais e treze centavos).

Ainda tratando das contratações diretas, em 2020 foram registradas 54 (cinquenta e quatro) Inexigibilidades de Licitações, fundamentadas no *caput* e nos incisos I e II do Art. 25, sendo a distribuição de quantitativos e valores discriminados na Tabela 19.

**TABELA 19- Representatividade da fundamentação das Inexigibilidades de Licitação**

Incisos	Quant.	%	Valor Total	%
<i>Caput</i>	38	70,37%	R\$ 2.908.073,94	98,19%
I	1	1,85%	R\$ 7.935,70	0,27%
II	15	27,78%	R\$ 45.667,97	1,54%
		100,00%	R\$ 2.961.677,61	100,00%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Como ocorrido em 2019, verifica-se que em 2020, tanto em termos quantitativos como em valores monetários, conforme Tabela 19, a parte mais significativa das contratações por Inexigibilidade refere-se à contratação fundamentada no *caput* do Art. 25, em que é verificada a inviabilidade de competição, ou seja, nas contratações em que somente um fornecedor é capaz de prestar o serviço que se pretende contratar. Essas contratações diretas respondem por 70,37% das Inexigibilidades formalizadas, correspondendo a 98,19% do volume total contratado por essa modalidade.

Destaca-se que 6 (seis) das 38 (trinta e oito) Inexigibilidades fundamentadas no *caput* foram feitas por Importação, no valor total de R\$ 69.345,71 (sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos), e as 48 (quarenta e oito) restantes foram via compras nacionais, totalizando R\$ 2.782.331,90 (dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil, trezentos e trinta e um reais e noventa centavos).

Na sequência, em termos quantitativos, têm-se as contratações diretas de cursos de capacitação e treinamento (inciso II, do Art. 25), respondendo por

15 (quinze) das 54 (cinquenta e quatro) Inexigibilidades registradas no exercício, equivalente a 27,78% do total contratado nessa modalidade. Isso demonstra que a UFABC, assim como nos anos anteriores, investiu na capacitação e atualização de seus servidores. Quando comparado com o ano de 2019, observa-se uma redução nas contratações de cursos e treinamentos, com valor bem inferior ao contratado em anos anteriores, demonstrando um reflexo tanto dos contingenciamentos orçamentário e financeiro sofridos nos últimos anos e agravados no exercício de 2016, quanto da grave pandemia de Covid-19.

Comparando com o exercício anterior, conforme Tabela 20, verifica-se que os casos de Inexigibilidades tiveram uma diminuição de 39 (trinta e nove) contratações, representando uma redução de 41,94% do total contratado no ano anterior. Conforme Tabela 21, em relação aos valores efetivamente contratados nessa modalidade, observa-se um acréscimo de R\$ 567.654,09 (quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), correspondendo a um aumento de 23,71%.

**TABELA 20 - Inexigibilidades de Licitação – Quantidade e variação**

2019	2020	Varição (Quant.)	Varição (%)
93	54	-39	-41,94%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

**TABELA 21 - Inexigibilidades de Licitação – Valor e variação**

2019	2020	Varição (valor)	Varição (%)
R\$ 2.394.023,52	R\$ 2.961.677,61	R\$ 567.654,09	23,71%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Em comparação ao exercício de 2019, verificou-se uma redução no número e no valor total contratado de forma direta. Em 2020 foram realizadas 101 (cento e uma) contratações diretas, ou seja, 27 (vinte e sete) contratações a menos do que no exercício anterior, representando uma redução de 21,09%. Em termos monetários, a redução foi menos expressiva, representando uma

diminuição de 9,58% do valor total contratado diretamente, equivalente a R\$ 577.119,48 (quinhentos e setenta e sete mil, cento e dezenove reais e quarenta e oito centavos).

No geral, ao longo de 2020 registrou-se uma redução de 7,02% no quantitativo de contratações, com um discreto aumento de 0,55% em valor, conforme apresentado nas Tabelas 6 e 7.

Em 2020 as licitações e itens desertos e/ou cancelados somaram R\$ 3.560.212,50 (três milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos), representando um significativo aumento de 77,24% do valor registrado no ano anterior, conforme demonstrado na Tabela 22.

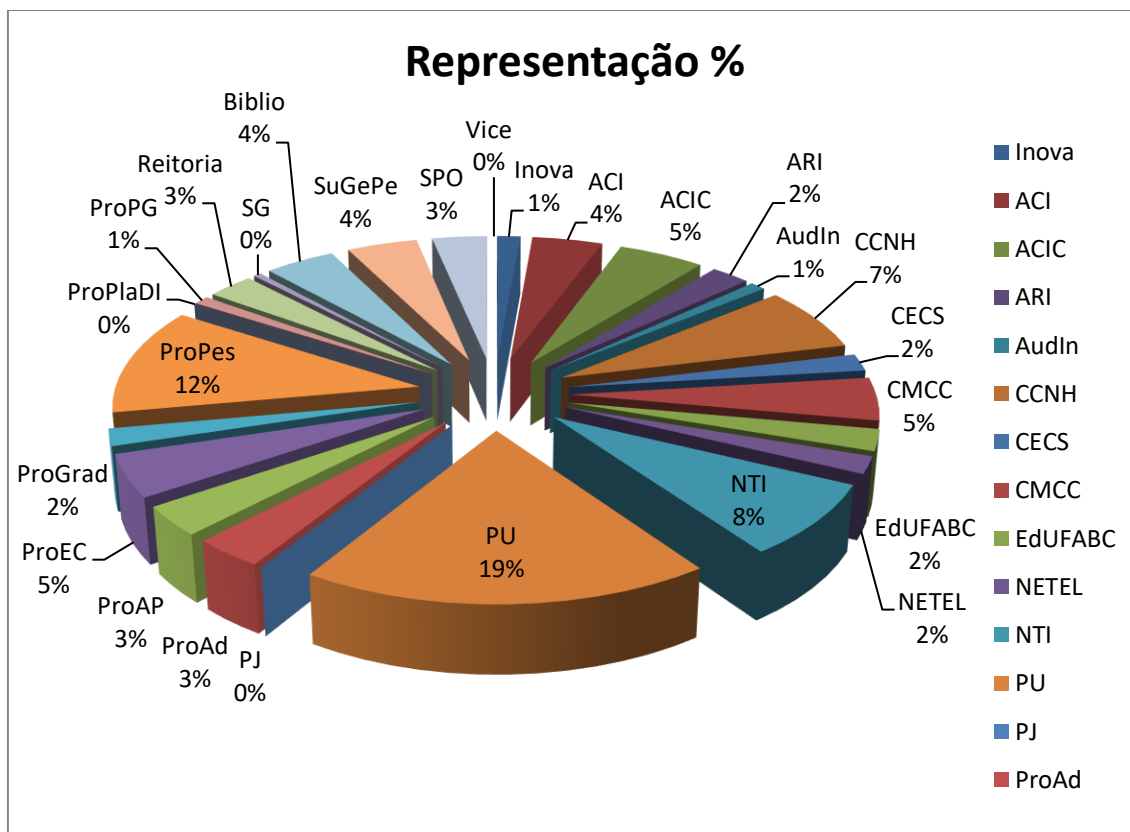
**TABELA 22 – Licitações desertas, fracassadas e itens cancelados – valores e variação.**

2019	2020	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 2.008.723,71	R\$ 3.560.212,50	R\$ 1.551.488,79	77,24%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Abaixo, no Gráfico 1, é possível visualizar a participação das principais áreas técnicas nas contratações efetivadas em 2020.

**Gráfico 1 – Distribuição das contratações por área técnica demandante**



Fonte: ProAd/CGSA – Relação de Contratações Modalidade de Licitação por Área Demandante - Dados de 2020.

Assim como nos anos anteriores, a Prefeitura Universitária (PU) foi a maior demandante das atividades da DAC, respondendo por, aproximadamente, 19,00% das licitações e contratações diretas realizadas. A segunda e terceira maiores demandantes foram a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) e o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), respondendo por, aproximadamente, 12,00% e 8,00% respectivamente. Na sequência o Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH), que responde por 7,00%.

Conforme Tabela 23, ainda em 2020, ocorreram 17 (dezessete) aquisições/contratações por meio de Atas de Registro de Preços vigentes ao longo do exercício, ou seja, 69 (sessenta e nove) a menos do que em 2019, correspondendo a uma redução de 80,23%.

**TABELA 23 – Pedidos de Atas SRP – Quantidade e variação**

2019	2020	Variação	Variação (%)

		<b>(Quant.)</b>	
86	17	-69	-80,23%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Conforme Tabela 24, verifica-se que foram contratados/adquiridos, através de Atas de Registro de Preços, R\$ 688.565,38 (seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo R\$ 123.366,51 (cento e vinte e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos) em serviços; R\$ 261.613,51 (duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e um centavos) em materiais de consumo; e R\$ 303.585,36 (trezentos e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) em materiais permanentes.

**TABELA 24 – Pedidos de Atas SRP – Valores e representatividade**

	2019	2020	Variação (valor)	Variação (%)
Serviço	R\$ 925.823,31	R\$ 123.366,51	-R\$ 802.456,80	-86,67%
Consumo	R\$ 1.067.891,62	R\$ 261.613,51	-R\$ 806.278,11	-75,50%
Permanente	R\$ 911.465,79	R\$ 303.585,36	-R\$ 607.880,43	-66,69%
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.905.180,72</b>	<b>R\$ 688.565,38</b>	<b>-R\$ 2.216.615,34</b>	<b>-76,30%</b>

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Em relação às aquisições feitas através de pedidos de Atas de Registro de Preços, em 2020 observa-se uma redução de R\$ 2.216.615,34 (dois milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e quinze reais e trinta e quatro centavos) no valor total contratado, equivalente a uma diminuição de 76,30%.

Com base em todo o exposto, bem como demonstrado na Tabela 25, verificou-se que no exercício de 2020 foram contratados/adquiridos R\$ 22.830.958,96 (vinte e dois milhões, oitocentos e trinta mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), representando uma redução de 8,41% quando comparado com 2019.

**TABELA 25 – Contratações por modalidade – Valores Totais e variação**

	2019	2020	Variação (valor)	Variação (%)



Pregões	R\$ 15.573.327,73	R\$ 16.201.583,10	R\$ 628.255,37	4,03%
RDCs	R\$ 450.036,83	R\$ 490.703,34	R\$ 40.666,51	9,04%
Dispensas	R\$ 3.604.115,09	R\$ 2.488.429,53	-R\$ 1.115.685,56	-30,96%
Inexigibilidades	R\$ 2.394.023,52	R\$ 2.961.677,61	R\$ 567.654,09	23,71%
Pedidos de Atas	R\$ 2.905.180,72	R\$ 688.565,38	-R\$ 2.216.615,34	-76,30%
	<b>R\$ 24.926.683,89</b>	<b>R\$ 22.830.958,96</b>	<b>-R\$ 2.095.724,93</b>	<b>-8,41%</b>

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores DAC 2009-2020.

Referida redução, conforme já exposto acima, é reflexo da pandemia pelo novo coronavírus e dos contingenciamentos orçamentários e financeiros ocorridos nos últimos exercícios, que reduzem o volume de contratações de obras e serviços de engenharia e das contratações para registro de preços para aquisição de mobiliários, equipamentos e insumos de informática e serviços necessários para desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Observa-se, contudo, um aumento significativo nas contratações diretas por inexigibilidade, reflexo do investimento feito em pesquisa.

Apesar das reduções identificadas nos quantitativos e volumes de licitações, destaca-se que ao longo de todo o exercício, a DAC realizou diversas atividades, concentrando esforços no sentido de concluir o maior número de processos de aquisições e contratações.

O ano de 2020 foi iniciado com 39 (trinta e nove) processos pendentes de conclusão e que haviam sido analisados no decorrer dos exercícios de 2015 a 2019, mas que precisaram ser devolvidos à área demandante para adequações e não retornaram para formalizar a contratação. Uma parte retornou à DAC ao longo de 2020 e 13 (treze) foram finalizados ou arquivados, restando ainda, 26 (vinte e seis) pendentes de conclusão.

Durante o ano de 2020 foram recebidos e analisados 207 (duzentos e sete) novos processos de aquisições e contratações na DAC, dos quais 183 (cento e oitenta e três) foram encerrados ainda em 2020, resultando em um índice de 88,41% de conclusão. O prazo médio de conclusão desses processos foi de, aproximadamente, 64 (sessenta e quatro) dias, contados da data de recebimento na DAC para análise inicial.

Do total, apenas 24 (vinte e quatro) ficaram pendentes de contratação, sendo que 1 (um) estava com licitação em andamento; 1 (um) estava em análise para elaboração da Minuta de Edital; 1 (um) estava em análise para contratação direta; 5 (cinco) não foram publicados por falta de tempo hábil para a contratação; e 16 (dezesesseis) foram analisados e devolvidos para as áreas técnicas demandantes para adequações e/ou atendimento de recomendações, não sendo registrado, até 31/12/2020, o seu retorno para continuidade e formalização da contratação.

De uma forma geral, o orçamento destinado à UFABC no ano de 2020 foi executado em sua totalidade. Contudo, algumas contratações estratégicas não puderam ser finalizadas. Os 24 (vinte e quatro) processos pendentes, assim como os 26 (vinte e seis) referentes aos anos de 2015 a 2019, serão avaliados pelas áreas demandantes e, sendo necessário e estratégico para o desempenho das atividades administrativas e acadêmicas, terão suas contratações continuadas no exercício de 2021.

## **Divisão de Importação**

Para possibilitar uma análise mais precisa das atividades da Divisão de Importação (DI) no ano de 2020, foram elaboradas duas tabelas: uma para os indicadores da Divisão de Importação, referentes ao número de processos e valores envolvidos nas transações, e outra detalhando os dados de cada processo recebido.

**Tabela 26 – Indicadores da Divisão de Importação**

<b>Ano</b>	<b>Nº. de Processos</b>	<b>Valor da Entrada de Processos em USD</b>	<b>Valor da Entrada de Processos em R\$ (*)</b>	<b>Gastos Totais com os Processos em R\$</b>	<b>Procs. Entregues</b>	<b>Procs. Cancelados</b>
2009	26	867.506,63	1.543.905,51	1.873.569,69	3	1
2010	34	1.146.734,72	1.986.393,55	2.714.111,99	28	8
2011	45	4.219.018,88	6.851.815,16	7.253.111,04	29	7

2012	38	1.588.912,23	3.224.749,26	4.586.821,56	42	1
2013	41	1.944.050,25	4.327.269,17	3.393.323,52	41	3
2014	62	3.038.049,26	6.902.202,25	7.649.113,09	50	11
2015	26	617.333,29	1.957.426,22	4.292.564,54	32	9
2016	13	21.595,24	73.091,36	961.844,35	17	1
2017	24	108.588,74	345.424,34	438.367,87	21	1
2018	22	275.210,98	1.057.194,33	1.057.859,92	20	3
2019	15	788.936,90	3.109.937,72	3.316.271,81	15	0
<b>Média anual até 2019</b>	<b>31</b>	<b>1.328.721,56</b>	<b>2.852.673,53</b>	<b>3.412.450,85</b>	<b>27</b>	<b>4</b>
<b>2020</b>	<b>18</b>	<b>282.686,16</b>	<b>1.498.773,45</b>	<b>863.066,99</b>	<b>14</b>	<b>1</b>

(\*) O valor da entrada de processos em reais é obtido pela conversão do valor da Fatura Proforma/Comercial, de cada importação, convertido à taxa do dólar americano do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores da Divisão de Importação 2009-2020

Tabela 27 – Processos recebidos em 2020 pela Divisão de Importação:

Número do Processo	Produto	Tipo da Despesa	Finalidade	Valor em dólares americanos (USD) (*)	Valor em reais (R\$) (**)	Origem dos recursos
23006.001382/2020-96	Componentes eletrônicos para desenvolvimento de Transdutor de Radiofrequência	Investimento	Pesquisa Científica	1.828,49	9.505,77	UFABC, com posterior reembolso dos recursos financeiros no valor da mercadoria, pelo pesquisador responsável, mediante recolhimento de GRU.

23006.001649/2020-45	Reagentes	Doação. Despesas de importação pagas com despesas de custeio.	Pesquisa Científica	9,60	52,10	UFABC, com posterior reembolso dos recursos financeiros no valor da mercadoria, pelo pesquisador responsável, mediante recolhimento de GRU.
23006.001729/2020-09	Micromedidores de Vazão	Investimento	Pesquisa Científica	6.066,65	32.915,83	UFABC, com posterior reembolso dos recursos financeiros no valor da mercadoria, pelo pesquisador responsável, mediante recolhimento de GRU.
23006.002838/2020-35	Sistema de Mediação de Propriedades Físicas da Matéria (PPMS)	Custeio	Pesquisa Científica	13.750,00	74.603,38	UFABC
23006.002840/2020-12	Equipamento de Medição de Momentos Magnéticos (SQUID)	Custeio	Pesquisa Científica	20.750,00	112.583,28	UFABC

23006.002177/2020-48	Sensor de Pressão para Espectrômetro de fotoelétrons excitados por raios-X - XPS	Custeio	Pesquisa Científica	1.263,54	6.855,59	UFABC
23006.001866/2020-35	Tubo de Molibdênio para Raio-X	Custeio	Pesquisa Científica	4.756,00	25.804,63	UFABC
23006.002293/2020-67	Reagentes para Estudo da Covid-19	Doação. Despesas de importação pagas com despesas de custeio.	Pesquisa Científica	3,00	16,43	UFABC, com posterior reembolso de despesas de importação pelo pesquisador responsável, mediante recolhimento de GRU.
23006.002281/2020-32	Insumos para utilização e aplicação da técnica funcional NIRS	Custeio	Pesquisa Científica	41.212,26	214.439,75	UFABC
23006.003663/2020-83	Contratação de serviço de assinatura online à plataforma PressReader, para acesso a seu acervo de jornais, revistas e periódicos nacionais e internacionais.	Custeio	Uso da Biblioteca	6.750,00	35.122,28	UFABC
23006.003497/2020-15	Licenciamento Temporário por 5 anos da ferramenta de avaliação de pesquisa baseada em citações online - InCites Benchmarking & Analytics	Investimento	Pesquisa Científica	52.553,43	273.451,26	UFABC

23006.002325/2020-24	Sistema de rastreo ocular	Investimento	Pesquisa Científica	3.075,00	16.824,25	UFABC
23006.001256/2020-31	Acesso à base de dados da Classificação Decimal de Dewey CDD - Online (WEBDEWEY)	Custeio	Uso da Biblioteca	787,50	4.545,29	UFABC
23006.002386/2020-91	Reagentes para Estudo do da Covid-19	Doação. Despesas de importação pagas com despesas de custeio.	Pesquisa Científica	10,00	53,32	UFABC, com posterior reembolso de despesas de importação pelo pesquisador responsável, mediante recolhimento de GRU.
23006.002378/2020-45	Microscópio Biológico Invertido Trinocular	Doação. Despesas de importação pagas com despesas de custeio.	Pesquisa Científica	25.999,89	138.623,61	UFABC, com posterior reembolso de despesas de importação pelo pesquisador responsável, mediante recolhimento de GRU.

23006.002377/2020-09	Sistema de PCR em Tempo Real e Espectrofotômetro	Doação. Despesas de importação pagas com despesas de custeio.	Pesquisa Científica	37.338,00	199.075,01	UFABC, com posterior reembolso de despesas de importação pelo pesquisador responsável, mediante recolhimento de GRU.
23006.002382/2020-11	Sistema de Espectrofluorimetria	Investimento	Pesquisa Científica	65.672,80	350.147,67	UFABC
23006.016498/2020-20	Plataforma "Stream Yard" para Transmissão Simultânea	Custeio	Uso da Assessoria de Comunicação e Imprensa	800,00	4.154,00	UFABC

(\*) Faturas Proforma/Comercial em outras moedas estrangeiras foram convertidas ao dólar dos Estados Unidos, para padronização com o objetivo de melhor demonstrar os dados. Os valores foram convertidos à taxa do dólar dos Estados Unidos do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.

(\*\*) O valor em reais é obtido pela conversão do valor da Fatura Proforma/Comercial, de cada importação, convertido à taxa do dólar dos Estados Unidos do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores da Divisão de Importação 2009-2020



## Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

A primeira análise a ser feita é relativa ao número de processos. Pode-se concluir que o número de processos recebidos na Divisão de Importação, 18 (dezoito) cresceu em relação ao ano de 2019: foram 03 (três) processos a mais, ou seja, um aumento de 20%. Entretanto, ainda é um número distante da média anual até 2019, de 31 (trinta e um) processos. Trata-se do terceiro menor número da série histórica, superando apenas os exercícios de 2016 e 2019.

O número de processos entregues pela Divisão de Importação (ou seja, a mercadoria importada entregue à área demandante na UFABC) tem uma tendência de queda bastante similar: foi apurada uma redução de 6,67% em relação ao ano de 2019, passando de 15 (quinze) para 14 (quatorze) entregas, sendo um número bastante inferior à média anual de entregas até 2019, de 27 (vinte e sete) processos. Também segundo os registros internos da Divisão de Importação, há um total de 8 (oito) produtos ou serviços, incluindo processos relativos a anos anteriores, ainda a serem entregues aos demandantes.

A tendência da quantidade de processos de importação abaixo da média histórica acontece desde 2015, e pode ser explicada pela restrição orçamentário-financeira.

Para corroborar essa conclusão, é possível aferir, de acordo com a Tabela 27, que a grande maioria de processos foi dotada com orçamento de custeio, e apenas 5 (cinco) importações (27,78%) com recursos orçamentários de investimento.

Por outro lado, conforme também pode ser observado na Tabela 27, destacam-se o número de processos de importações oriundas de doações à UFABC, 5 (cinco), sendo que dois exclusivamente para estudos relacionados à Covid-19. Em outros dois processos, houve reembolso da importação inicialmente paga pela Universidade, pelo pesquisador responsável, com recursos de órgão de fomento.

Tal dado demonstra que a UFABC tem auxiliado a viabilizar o recebimento de produtos importados, ainda que de maneiras alternativas – isto é, sem arcar com a totalidade dos recursos orçamentários e financeiros das aquisições.

Ao contrário do que se poderia imaginar, sobre a quantidade de processos, a crise econômica incentivou a busca por soluções alternativas para a continuidade da

## Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

pesquisa científica, situação agravada pela necessidade urgente de pesquisas para o enfrentamento da Covid-19.

Ainda, é importante notar que houve somente um cancelamento de processo durante o exercício de 2020. A possibilidade de cancelamento ou suspensão existe por diversas razões, por exemplo: recursos orçamentários e/ou financeiros insuficientes, entrada fora do prazo, instrução inadequada do processo etc. Esse indicador ficou bem abaixo da média histórica até 2019, conforme pode ser verificado nos últimos exercícios.

Nesse prisma, é fundamental ressaltar o trabalho de elaboração de estimativas de despesas prévias à abertura de processos de importação. Com esse trabalho, o demandante tem uma ferramenta para decidir se é possível importar com os recursos existentes, evitando aberturas desnecessárias e cancelamentos de processos.

A segunda análise a se fazer é estritamente financeira, observando os dados da tabela 26. Em relação ao valor de entrada de processos em dólares dos Estados Unidos, comparado à média histórica, o valor de entrada em 2020 é muito menor, com redução de 78,72% em relação à média anual até 2019. Comparado somente ao exercício anterior, a queda é de 64,17%.

O valor de entrada em dólares dos Estados Unidos é o quarto menor da série histórica registrada pela Divisão de Importação, sendo superior somente aos valores totais de 2016, 2017 e 2018.

Considerando os valores de entrada de processos em reais, o valor é o terceiro menor da série histórica, somente superando os exercícios de 2016 e 2017. A queda verificada em relação à média deste indicador até 2019 é de 47,46%; se considerado somente o ano anterior de 2019, a queda é um pouco maior: 51,81%.

Quanto ao montante dos gastos totais com o processo (que envolve fechamento de câmbio para pagamento ao exportador, despesas bancárias, despesas aduaneiras e pagamentos de prestadores de serviços correlatos à importação: transporte internacional, seguro, despacho aduaneiro e transporte rodoviário) houve uma forte diminuição em relação à média histórica até 2019, totalizando 74,71%. Em relação ao ano anterior, houve uma queda bastante similar, de 73,97%.

## Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

Em uma visão mais genérica, de acordo com os dados da tabela 27, apenas 7 (sete) dos 18 (dezoito) processos possuem valores de mercadoria, em dólares dos Estados Unidos, na casa da dezena de milhar. Desses, 6 (seis) processos têm valores na casa da unidade de milhar, e 2 (dois) deles possuem valores na casa das centenas de dólares.

Os 3 (três) processos restantes, que possuem valores ínfimos na casa da unidade ou da dezena de dólares, tratam de amostras sem valor comercial, destinadas à pesquisa científica, oriundas de projetos de pesquisas desenvolvidos pelos pesquisadores da UFABC em conjunto com pesquisadores estrangeiros.

É importante salientar que, apesar de não terem valor comercial e fechamento de câmbio, as importações de amostras são mais complexas: demandam conhecimento bastante especializado em comércio exterior, geralmente envolvendo a necessidade de anuência de órgãos governamentais - que, por sua vez, exigem o preenchimento de diversos documentos e o acompanhamento de prazos.

Algumas das amostras também requerem a conservação em temperatura específica, o que demanda acompanhamento em tempo integral da Divisão de Importação junto ao agente de cargas, despachante aduaneiro e armazém alfandegado, para garantir a permanência da carga na temperatura adequada.

A diminuição dos valores de importação, tanto na entrada de processos como em seus gastos, tem duas explicações.

A primeira é a instabilidade cambial observada neste ano de 2020, ditada, como não poderia deixar de ser, pela pandemia de Covid-19, e, em menor grau, pela crise político-econômica no Brasil e conjuntura política global desfavorável. Com a moeda estrangeira mais cara, a tendência natural é a diminuição na demanda por importações. É importante ressaltar que mesmo os custos indiretos (serviços de transporte internacional, seguro, despesas bancárias) têm componentes cotados em moeda estrangeira.

A segunda explicação, tratada anteriormente, é o cenário de restrição orçamentária e financeira vivenciado pela UFABC desde 2015: priorizam-se as importações que estejam dentro da realidade orçamentária da Administração – tanto considerando o valor da mercadoria, quanto dos gastos correlatos à sua importação.

# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

## Divisão de Contratos

Ao longo de 2020 a Divisão de Contratos (DC) realizou diversas atividades inerentes à formalização dos diversos instrumentos contratuais, bem como orientou as áreas técnicas e atualizou seus modelos e fluxos.

A seguir apresenta-se o quantitativo anual das principais atividades realizadas pela Divisão de Contratos durante o exercício de 2020:

**Tabela 28 - Quantitativo anual das principais atividades realizadas pela Divisão de Contratos**

Quantitativo anual das principais atividades realizadas pela Divisão de Contratos			
Atividade	Quantidade Anual/2019	Quantidade Anual/2020	Variação %
Análises de processos novos	218	181	-16,97%
Atas assinadas	84	69	-17,86%
Contratos assinados	57	37	-35,09%
Contratos de Adesão assinados	1	0	-100,00%
Apostilamentos de Nota de Empenho formalizados	51	39	-23,53%
Aditivos Contratuais publicados	61	55	-9,84%
Notificações encaminhadas	66	37	-43,94%
Penalizações (Advertências / Multas / Suspensões)	11	12	9,09%
Rescisões Contratuais	5	3	-40,00%

Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores Contratos 2019 e 2020

Analisando os dados apresentados na tabela 28, observa-se que foram assinadas 69 (sessenta e nove) Atas de Registro de Preços, representando a maior parte dos instrumentos contratuais formalizados. Esse tipo de instrumento possibilita que a Universidade mantenha um rol de Fornecedores Registrados, contudo não há obrigatoriedade na aquisição ou contratação do bem ou serviço, fazendo com que a Universidade emita ordem de compra somente quando se verifica a necessidade do material ou serviço.

Foram formalizados 55 (cinquenta e cinco) aditivos, registrando-se uma queda, de aproximadamente 9,84%, na comparação com o exercício

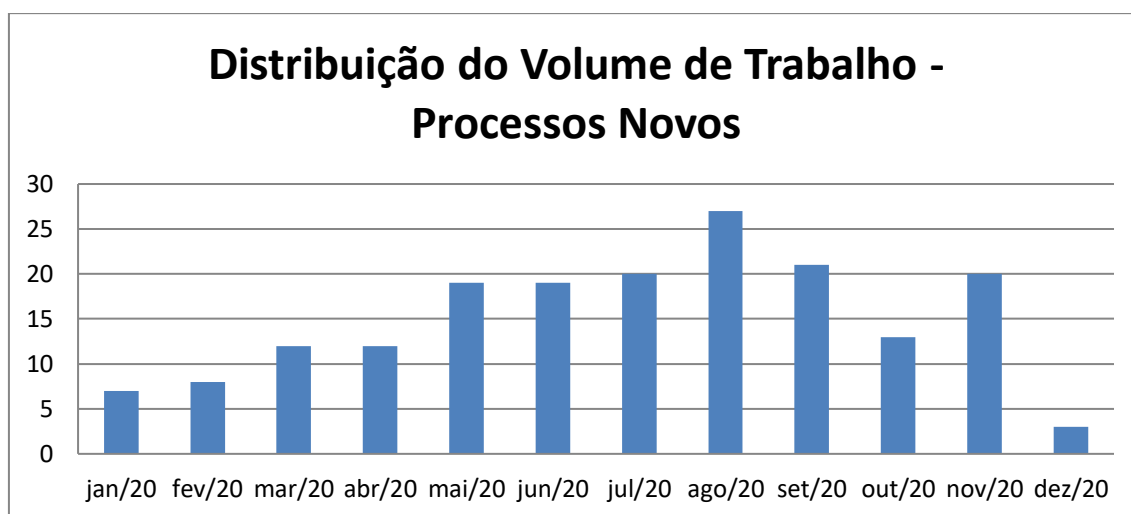
# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

2019. Esse valor ainda permanece elevado, superando, inclusive, os 37 (trinta e sete) contratos formalizados neste exercício.

Ressalta-se como positiva a continuidade na diminuição da quantidade de notificações expedidas, o que demonstra que os objetos contratados estão sendo executados com maior correção. As rescisões contratuais tiveram leve queda, contudo esse fato não representa um problema, uma vez que tais rescisões ocorreram para a adequação na prestação dos serviços.

Comparando os indicadores de 2020 com os de 2019 verifica-se que, no geral, houve uma diminuição no quantitativo das atividades, o que pode ter sido ocasionado pela pandemia causada pela Covid-19 e pelo contingenciamento imposto às Universidades Federais. Vale destacar que a maior demanda de formalização de instrumentos contratuais concentrou-se no segundo semestre, onde se observa o alto número de análise de novos processos nos meses de julho a novembro como demonstrado no Gráfico 2, a seguir:

**Gráfico 2 – Distribuição do volume de trabalho – Processos Novos**



Fonte: ProAd/CGSA – Indicadores Contratos 2019 e 2020

## **Divisão de Patrimônio**

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela Divisão de Patrimônio (DP), a tabela 29, abaixo, apresenta as incorporações de bens permanentes referentes ao exercício de 2020:

# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

**Tabela 29 – Dados relativos às incorporações realizadas pela Divisão de Patrimônio**

Código	Descrição	Quant.	Valor	%
4.4.9.0.52.04	Aparelhos de medição e orientação.	3	R\$ 18.204,24	3,52%
4.4.9.0.52.08	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares.	30	R\$ 195.307,10	37,78%
4.4.9.0.52.12	Aparelhos e utensílios domésticos.	3	R\$ 5.740,00	1,11%
4.4.9.0.52.24	Equipamento de proteção, segurança e socorro.	15	R\$ 40.750,00	7,88%
4.4.9.0.52.33	Equipamentos para áudio, vídeo e foto.	5	R\$ 3.446,95	0,67%
4.4.9.0.52.34	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos.	71	R\$ 26.081,42	5,05%
4.4.9.0.52.35	Equipamentos de processamento de dados.	34	R\$ 109.170,85	21,12%
4.4.9.0.52.38	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina.	5	R\$ 1.620,00	0,31%
4.4.9.0.52.42	Mobiliário em geral.	509	R\$ 116.603,02	22,56%
Total		675	R\$ 516.923,58	100,00%

Fonte: SIE – Relatório Código: 05.02.99.01.98 – Relatório Mensal de Bens Adquiridos por Classe.

Importante salientar que estes números refletem apenas os tombamentos, e não as aquisições em geral. Em razão da pandemia e, conseqüentemente, da suspensão das atividades presenciais, a Divisão de Patrimônio optou por realizar apenas os tombamentos considerados urgentes ou essenciais de forma a minimizar a presença física de técnicos administrativos e docentes nas dependências da UFABC. As incorporações relacionadas na Tabela 29 representam aquelas realizadas antes do início da pandemia ou aquelas que foram realizadas em caráter excepcional ao longo do ano.

Conforme Tabela 30, ao longo de 2020 houve, ainda, os seguintes registros:

**Tabela 30 – Outros dados relativos às incorporações realizadas pela Divisão de Patrimônio**

	Movimentações	Doações	Importações	Notas Fiscais	Baixas
Quantidade em bens	2195	42	0	628	0
Quantidade em termos	732	-	-	-	-

# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

Valor	R\$	-	R\$ 306.212,34	R\$ 0,00	R\$ 210.711,19	R\$ 0,00
-------	-----	---	----------------	----------	----------------	----------

Fontes: SIE – Relatório Código: 05.02.99.01.49 – Relatório de Bens por Forma de Ingresso;  
SIE – Relatório Código: 05.02.99.02.94 – Termos de Movimentação do Período.

Ainda que no ano de 2020, em decorrência da pandemia, as incorporações tenham sido apresentadas em quantidade bem inferior aos exercícios anteriores, é possível observar que em termos monetários, as doações ainda representam o maior nível de incorporações em cerca de 45%.

Visando aprimorar as condições do trabalho remoto no contexto da suspensão das atividades presenciais da Universidade por tempo indeterminado, a Divisão de Patrimônio liberou para empréstimo, pelos servidores, alguns itens de mobiliário para auxiliar na execução dos trabalhos em *home office*. Conforme Tabela 31, foram liberados:

**Tabela 31 – Dados relativos aos empréstimos para auxiliar os trabalhos em *home office*.**

Item	Quantitativo
Poltronas	44
Descansos para os pés	22
Total	66

Fonte: SIE – Relatório Código: 05.02.99.02.94 – Termos de Movimentação do Período

As depreciações dos ativos permanentes móveis são realizadas para todas as contas, sendo o cálculo apurado individualmente para cada item, considerando sua data de tombamento e regras específicas. Contudo, apenas parte das contas é lançada diretamente no SIAFI devido a divergências contábeis e gerenciais que ainda precisam ser eliminadas.

A Divisão de Patrimônio já realizou trabalho de apuração individual de cada conta e cada aquisição para apontamento das diferenças de maneira detalhada, contudo ainda é necessária a definição quanto à resolução mais apropriada para a equalização dos sistemas gerenciais e contábeis.

As contas que têm sofrido as depreciações e estão em consonância com o SIAFI são as da Tabela 32, a seguir:

**Tabela 32 – Contas que sofrem depreciação e estão ajustadas ao SIAFI**

Código	Descrição
--------	-----------

# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

123110103	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
123110404	Instrumentos Musicais e Artísticos
123110120	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos
123110106	Máquinas e Equipamentos Industriais
123110503	Veículos de Tração Mecânica
123110104	Aparelho e Equipamento para Esportes e Diversões
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos

Fonte: SIE - Relatório Código: 05.02.99.04.92 - Relatório de Depreciação de Todas as Categorias

Os cálculos para a depreciação obedecem ao método das quotas constantes compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente durante esse período.

## **Conteúdos determinados pela portaria do TCU nº 90/2014:**

### **DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DO QUADRO 6**

As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes às Leis nºs 4.320/64, 8.666/93, 9.472/97, 10.520/2002, e suas alterações, ao Decreto nº 93.872/1986 e à Portaria MPOG nº 265/2001.

**Despesa Liquidada:** Total de despesas que já passou pela fase de liquidação.

**Despesa Paga:** Total de despesas que já passou pela fase de pagamento.

**Modalidade de Licitação:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas sete (7) modalidades de licitação discriminadas abaixo:

**Convite:** É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (3) pela UJ, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro (24) horas da apresentação das propostas;

**Tomada de preços:** É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento



# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;

**Concorrência:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;

**Pregão:** Aquisição de bens e serviços nos termos da Lei n 10.520/2004;

**Concurso:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias;

**Consulta:** É a modalidade de licitação em que ao menos cinco pessoas, físicas ou jurídicas, de elevada qualificação, serão chamadas a apresentar propostas para fornecimento de bens ou serviços não comuns;

**Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC:** Instituído pela Lei 12.462/2011, é aplicável exclusivamente às licitações e aos contratos necessários à realização dos eventos especificados na Lei, a ações integrantes do PAC e as obras e serviços de engenharia no âmbito de sistemas públicos de ensino, sendo essa última possibilidade decorrente da Lei 12.722/2012.

**Contratações Diretas:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas duas (2) formas de contratações diretas discriminadas abaixo:

**Dispensa:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93;

**Inexigibilidade:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

**Regime de Execução Especial:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados mediante suprimento de fundos:

**Suprimento de Fundos:** Montante de recursos empenhados nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/86.

**Pagamento de Pessoal:** Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nos dois (2) grupos de pagamento de pessoal discriminados abaixo:

**Pagamento em Folha:** Valores pagos a pessoal mediante folha de pagamento;

**Diárias:** Valores pagos a pessoal mediante diárias, inclusive a terceiros e parceiros.

# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

**Outros:** Despesas que não se enquadram nas modalidades anteriores.

## 2.6.2. Créditos de Movimentação

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação contempla o quadro 7 com a mesma estrutura de informações daqueles referentes a Créditos Originários. A diferença entre os dois conjuntos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste subitem, pois são semelhantes aos quadros explanados já detalhados associados à execução orçamentária de créditos originários da UFABC.

**6. Preencha o quadro 7 considerando a soma de recursos recebidos por descentralização pela UFABC, dividindo-as em grupos totalizadores nos exercícios 2020 e 2019.**

Quadro 7 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2020	2019	2020	2019
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>		<b>23.349,89</b>		<b>23.349,89</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão		23.349,89		23.349,89
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>111.000,00</b>	<b>3.169.039,33</b>	<b>37.000,00</b>	<b>3.169.039,33</b>
h) Dispensa	111.000,00	3.159.040,56	37.000,00	3.159.040,56
i) Inexigibilidade		9.998,77		9.998,77
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				

# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>		<b>94.928,48</b>		<b>94.928,48</b>
k) Pagamento em Folha		4.252,74		4.252,74
l) Diárias		90.675,74		90.675,74
<b>5. Outros</b>	<b>543.788,73</b>	<b>1.621.617,75</b>	<b>543.788,73</b>	<b>1.621.617,75</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>654.788,73</b>	<b>4.908.935,45</b>	<b>580.788,73</b>	<b>4.908.935,45</b>

Fonte ProAd/CGFC - SIAFI

**7. Qual a análise que se faz a respeito da gestão da execução orçamentária dos créditos da UFABC demonstrada nos quadros 6 e 7, levando-se em consideração:**

a) principais razões de alterações observadas, tendo em vista o exercício anterior, na realização da despesa em relação aos montantes por modalidade de licitação;

b) razões que determinaram as contratações em volume significativo via dispensa e inexigibilidade;

c) efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam;

d) eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UFABC, tais como: problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por estes eventos para o exercício seguinte.

Os dados apresentados nos quadros 6 e 7 demonstram que, a exemplo de 2019, a modalidade de licitação Pregão foi a mais utilizada pela UFABC em 2020. Referido fato se dá porque os bens e serviços contratados pela Universidade são, em sua maioria, considerados comuns. Assim, conforme previsto no § 1º, Art. 1º. do Decreto nº. 10.024/2019, a utilização dessa modalidade em sua forma eletrônica é obrigatória pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais. Com a utilização dessa modalidade no formato eletrônico, amplia-se a concorrência, além de conferir maior celeridade e transparência aos processos de contratações, gerando maior economia ao erário.

As contratações nas modalidades convencionais (Convite, Tomada de

## Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

Preços e Concorrência) são utilizadas quase que exclusivamente para contratação de serviços mais técnicos, onde há necessidade de análise e ponderação de critérios de técnica e preço ou quando há concessão de espaço público que gera receita e não despesa.

As contratações via Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), são utilizadas pelas instituições de ensino única e exclusivamente para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme parágrafo 3º, do Art. 1º, da Lei nº. 12.462/2011. Da mesma forma, como no caso dos Pregões, para o RDC também é dada preferência pela forma eletrônica, inclusive para licitações com critérios de julgamento por técnica e preço, de forma a ampliar a concorrência e gerar maior celeridade, transparência e economia às contratações.

Em 2013 a UFABC passou a utilizar o RDC para a contratação de obras e serviços de engenharia. Observa-se que desde 2017 não são registradas despesas liquidadas e pagas nas modalidades convencionais.

Como pode ser observado, em 2020 há uma diferença entre as despesas liquidadas e pagas, decorrente de licitações na modalidade Pregão e da folha de pagamento. Essa diferença é justificada, respectivamente, por pendências judiciais envolvendo uma empresa prestadora de serviços e o valor correspondente aos vencimentos de dezembro que seriam pagos no início do ano seguinte.

Comparando os exercícios de 2019 e 2020, as despesas liquidadas originárias de Licitações, Contratações Diretas e Regime de Execução Especial, tiveram redução, respectivamente, de 42,21%, 68,97% e 89,48%. Essa redução é um dos reflexos da pandemia de Covid-19, que suspendeu as atividades presenciais acadêmicas e administrativas e, conseqüentemente, reduziu as demandas por bens, insumos e serviços.

De acordo com a Lei nº. 8.666/1993, a Administração deve realizar suas contratações utilizando, sempre que possível, uma das modalidades licitatórias, sendo as Dispensas e Inexigibilidades exceções a essa regra. Desta forma, entende-se como natural que o volume de despesas liquidadas e pagas envolvendo Contratações Diretas seja inferior ao das Licitações em 74,40%.

Destaca-se que os dados referentes às contratações por modalidade e sua variação entre os exercícios de 2019 e 2020 estão mais detalhados nos tópicos que

# Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

tratam das atividades da Divisão de Aquisições e Contratações (DAC).

Em relação ao exercício de 2019, observa-se que as despesas liquidadas para pagamento de pessoal tiveram aumento de 11,48% e as caracterizadas como “Outros” registraram aumento de 15,89%.

Em relação às despesas com Pagamento de Pessoal (pagamento de folha mais diárias) o discreto aumento pode ser justificado pelas alterações nas tabelas dos Planos de Carreira e Qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes e nomeação de novos servidores para preencher vacâncias de anos anteriores.

Analisando-se o Quadro 7, verifica-se que em 2020 foram registradas despesas liquidadas e pagas correspondentes aos itens “Contratações Diretas” e “Outros”, relacionadas às aquisições e contratações voltadas para o desenvolvimento tecnológico, científico e destinadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, com recursos descentralizados pelo Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Comparando-se os exercícios de 2019 e 2020, no Quadro 7 observa-se redução de 86,66% no volume de despesas de contratações liquidadas. Essa redução expressiva é destacada pela importação de um microscópio eletrônico de transmissão em alta resolução, concluído no exercício de 2019 com recursos descentralizados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Destaca-se, novamente, que os dados referentes às contratações por modalidade e sua variação entre os exercícios de 2019 e 2020 estão mais detalhados nos tópicos que tratam das atividades da Divisão de Aquisições e Contratações (DAC).

## 2.7. Transferência de recursos

**8. Preencha o quadro 8 a respeito dos valores das transferências vigentes no exercício de 2020. A informação deverá ser apresentada por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informando o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os**

## Manual para elaboração do Relatório de Gestão Exercício 2020

repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI ou outro sistema equivalente. Deve ser elaborado um quadro específico para cada concedente ou contratante que compor o Relatório de Gestão.

### **Observação:**

Os instrumentos de transferência classificados como Termo de Parceria não devem ser tratados neste item, estes serão informados pela Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios - ACIC.

Quadro 8 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em  
31.12.2020

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte:</b>									

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Concedente ou Contratante:** preencher com a denominação ou a razão social, com o código da UG do SIAFI (se houver) e com o CNPJ (se houver) da UJ concedente ou contratante. Se o concedente ou contratante for um consórcio, deverão ser identificados todos os membros que o compõem.

### **Informações sobre as transferências voluntárias**

Neste item, devem ser informados todos os instrumentos de transferências que tenham como polo ativo (contratante, concedente, etc.) uma UJ que estiver apresentando o Relatório de Gestão ou que componha o conjunto de unidades relacionadas no Relatório e que tenha vigido, por qualquer tempo, no exercício de 2020. Deve contemplar, inclusive, os instrumentos cuja vigência irá se prolongar para exercícios seguintes ao de referência. As informações prestadas deverão refletir a situação em 31.12.2020.

**Modalidade:** Identifica a modalidade de transferência realizada e deve ser preenchida com o código correspondente abaixo:

- 1 - Convênio: acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de cooperação mútua;
- 2 - Contrato de Repasse: instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal atuando como mandatário da União;
- 3 - Termo de Cooperação: instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou



empresa estatal dependente;

4 - Termo de Compromisso: instrumento pelo qual é realizada a transferência obrigatória de recursos para o PAC, nos termos da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

**Nº do Instrumento:** número pelo qual o instrumento utilizado para a transferência (contrato, convênio, termo, etc.) é identificado nos controles da UJ ou nos sistemas pertinentes.

**Beneficiário:** informar o CNPJ, CPF ou UG (não informar o nome) do beneficiário caso seja pessoa jurídica, pessoa física ou órgão da administração, respectivamente.

**Valores Pactuados:** informar os valores pactuados no ato da assinatura do instrumento, conforme a seguir:

- Global: informar o valor total pactuado, considerados todos os termos aditivos ao termo original da transferência;
- Contrapartida Pactuada: Valor da contrapartida em Reais (R\$). Caso a contrapartida seja não financeira (efetuada em bens e serviços) deve-se fazer a conversão em moeda de acordo com as cláusulas do instrumento.

**Valores repassados:** informar os valores repassados relativamente a cada um dos instrumentos de transferência, observando-se o seguinte:

- No exercício: informar, para cada instrumento de transferência, o valor total de recursos transferidos no exercício de referência do relatório de gestão;
- Acumulado até o exercício: informar, para cada instrumento de transferência, o valor total dos recursos transferidos em qualquer época de sua vigência, acumulado até o final do exercício de referência do Relatório de Gestão.

**Vigência:** A vigência está dividida em dois (2) campos: Início – correspondendo a data de início da execução do instrumento de transferência; e Fim – correspondendo a data prevista para o seu término, considerando-se todos os termos aditivos.

**Situação:** Informar a situação de cada instrumento de transferência de acordo com a classificação a seguir, considerando a situação em 31 de dezembro do

exercício de referência do relatório:

- 1 - Adimplente: indica que a transferência voluntária está em execução normal em 31.12.2020;
- 2 - Inadimplente: indica que o conveniente encontra-se inadimplente perante o concedente, em 31.12.2020, seja pelo descumprimento de prazos, seja pela falta de apresentação de documentação necessária à prestação de contas;
- 3 - Inadimplência Suspensa: indica que um convênio que, anteriormente inadimplente, teve a inadimplência suspensa em razão de recursos administrativo ou judicial;
- 4 - Concluído: indica que o convênio foi concluído a termo dentro do exercício de referência;
- 5 - Excluído: indica que o instrumento foi excluído em razão de ter sido cadastrado com erro ou indevidamente;
- 6 - Rescindido: indica que o instrumento foi rescindido por descumprimento de cláusulas pactuadas, principalmente em razão de: a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; b) aplicação dos recursos no mercado financeiro; e c) falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos;
- 7 - Arquivado: indica que o convênio foi arquivado nos termos do artigo 17 do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, ou nos termos da IN TCU nº 71/2012.

Entende-se que informações correspondentes às transferências de recursos são fornecidas pela Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios (ACIC), razão pela qual o Quadro 8 não foi preenchido.

## **2.8.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

### **9. De que forma é realizada a gestão dos passivos por**

insuficiência de créditos ou recursos na UFABC, registrados em contas do SIAFI?

**10.** Preencha o quadro 9 com informações quantitativas sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do SIAFI.

Quadro 9 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2019	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2020
<b>Fonte:</b>					

**Conteúdos determinados pela portaria do TCU nº 90/2014:**

**Objetivo:** Obter informações quantitativas sobre o reconhecimento pelas UJ de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com o objetivo de analisar a gestão desses passivos pelas UJ no exercício de referência do relatório de gestão.

**Estrutura de Informação:** A informação está estruturada conforme detalhado no Quadro 9. Em complemento ao Quadro, a UJ deve, na parte da análise crítica, apresentar as razões que motivaram esses registros, a fundamentação legal para a constituição dos valores, caso existente, e as providências adotadas para sanear as situações que deram origem ao reconhecimento desses passivos.

**Abrangência:** Todas as unidades jurisdicionadas ao Tribunal, exceto os fundos. Caso a UJ não utilize as contas contábeis especificadas, mas se utiliza de outras contas para o registro dos passivos assumidos sem autorização orçamentária, deverá declarar a informação da mesma forma, fazendo-se os ajustes de contas e nomenclaturas.

**Referências:** Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

Para preenchimento do Quadro 9 devem ser consideradas todas as contas contábeis registradas na contabilidade da UJ para Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos que tenham tido movimentação ou que tenham apresentado saldo diferente de zero no final do exercício do Relatório de Gestão.

Deverá ser elaborado um quadro para cada conta contábil utilizada para os fins de que trata este item, no qual deverá ser considerado o conjunto de credores que tinham saldo inicial diferente de zero no início do exercício, acrescidos daqueles que tiveram reconhecimento de direitos ao longo do exercício, independente da posição do saldo final apurado ao término do exercício.

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DO QUADRO 9

### Linha Detalhe

**UG** – Unidade gestora do SIAFI associada à UJ, que realizou lançamentos contábeis na conta contábil.

**Credor** – Código do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Pessoa Física (CPF) da Receita Federal do Brasil do credor do crédito ou recurso, conforme este seja pessoa jurídica ou física.

**Saldo Final em 31/12/2019** – Saldo final registrado na Conta Contábil em 31/12/2017, que coincidirá com o valor inicial do exercício de 2019.

**Movimento Devedor** – Montante lançado no ano a débito da Conta Contábil, por credor.

**Movimento Credor** – Montante lançado no ano a crédito da Conta Contábil, por credor.

**Saldo Final no dia 31/12/2020** – Valor registrado na Conta Contábil no dia

31/12/2020, que deverá corresponder à seguinte equação: Saldo Final em 31/12/2019 + Movimento Credor do exercício de 2019 – Movimento Devedor do exercício de 2020.

A análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos deverá apresentar as razões e justificativas apresentadas pelo gestor para os lançamentos contábeis efetuados, destacando-se a fundamentação legal para a constituição do passivo, caso existente, e as medidas adotadas pela unidade objetivando regularizar as situações ocorridas. Deve ser apresentada uma análise circunstanciada dos impactos dos passivos reconhecidos sobre a gestão orçamentária e financeira da UJ no exercício de referência das contas e no exercício seguinte e demonstrado se a UJ tinha capacidade de prever a situação que tenha ensejado o lançamento de valor nas referidas contas contábeis.

**11. Qual análise e justificativa se faz do quadro 9 a respeito dos lançamentos contábeis efetuados, destacando-se a fundamentação legal para constituição do passivo, caso existente, e quais as medidas adotadas pela Universidade para regularizar as situações ocorridas?**

A UFABC não tem registrados, em contas do SIAFI, passivos reconhecidos por insuficiência de créditos ou recursos, não sendo preenchido o Quadro 9.

## **2.9. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

**12. De maneira geral, de que forma a UFABC realiza a gestão dos valores inscritos em restos a pagar?**

A inscrição e reinscrição dos empenhos em Restos a Pagar são baseadas na legislação que regulamenta esse tipo de despesa. A Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade (CGFC) trabalha no controle

dos saldos e realiza a análise e o controle dos empenhos, periodicamente, com vistas à utilização desses recursos pelas áreas demandantes ou cancelamento dos saldos que eventualmente restam após a utilização.

**13. Preencha o quadro 10 com informações quantitativas sobre restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes no exercício de 2019.**

Quadro 10 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2020	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2020
2019	38.833.448,41	22.729.558,03	702.005,17	15.401.885,21
2018	2.828.457,03	2.055.097,96	53.953,39	719.405,68
2017	488.787,29	134.841,32	353.945,97	-
2016	1.369.060,31	785.028,90	-	584.031,41
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2020	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2020
2019	16.288.201,51	16.288.201,51	-	-
2018	-	-	-	-
2017	-	-	-	-
2016	2.897,43	-	-	2.897,43
2015	18.311,21	-	-	18.311,21
2014	42.351,07	-	-	42.351,07

Fonte ProAd CGFC - SIAFI

### **Portaria TCU nº 90/2014**

#### **DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DO QUADRO 10**

As informações do Quadro 10 referem-se aos restos a pagar, vigentes em 1º/1/2020, ou seja, inscritos em outros exercícios e que permaneceram válidos em janeiro de 2020.

**Restos a Pagar Processados:** Montante dos valores inscritos em restos a

pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2020, e que já tenham passado pelo processo de liquidação da despesa. Inclui os valores que originalmente foram inscritos em restos a pagar não processados, mas que já passaram pelo processo de liquidação da despesa. Ex: Valor inscrito em 2018 em restos a pagar não processado, que tenha passado pelo processo de liquidação em 2019, sem o correspondente pagamento, constará do quadro referente a 2020 como “Restos a Pagar Processado”, conforme registro SIAFI.

**Restos a Pagar não Processados:** Montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2020, que não tenham passado pelo processo de liquidação da despesa até 1º/1/2020.

**Ano de Inscrição:** Ano no qual ocorreu a inscrição dos restos a pagar vigentes em 1º/1/2020. Devem ser relacionados todos os anos de inscrição de restos a pagar vigentes em 2020;

**Montante 1º/1/2020:** Montante do valor de restos a pagar vigente em 1º/1/2019 por ano de inscrição. Em algumas situações representará o “saldo” dos valores que forem inscritos em determinado exercício, mas que ainda não foram pagos ou liquidados. Ex: Caso tenha sido inscrito ao final de 2018 o valor de vinte mil reais em restos a pagar processados e tenha sido pago, no decorrer de 2019, o valor de quinze mil reais, não ocorrendo cancelamento de nenhum valor e continuando vigente o crédito, o montante a ser informado no quadro será de cinco mil reais na linha referente à inscrição 2018.

**Cancelamento:** Somatório dos valores de restos a pagar cancelados no decorrer do exercício do relatório de gestão;

**Pagamento:** Somatório dos valores pagos pela UJ a título de restos a pagar no decorrer do exercício do relatório de gestão;

**Saldos a Pagar em 31/12/20:** Representa o saldo dos restos a pagar que não foram cancelados ou pagos. Constitui o resultado da seguinte equação:

Saldo em 31/12/2020= Montante 01/01/2020 - Pagamento – Cancelamento

**14. Qual análise se faz da gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores considerando:**

a) os impactos porventura existentes na gestão financeira no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

b) as razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, caso existente, inclusive no que se refere a possível descumprimento do que preconiza a Lei 4320/64 quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, para caracterização da existência do empenho, conforme entendimento que fundamentou o Acórdão 2659/2009- TCU- Plenário;

c) a existência de registro no SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de 2019 sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

A inscrição de Empenhos de 2020 para a condição de Restos a Pagar em 2021, assim como a reinscrição de Empenhos anteriores a 2019, estão em conformidade com a legislação vigente.

Ao longo dos anos a ProAd, por intermédio da Divisão de Contabilidade, tem analisado todos os empenhos inscritos em restos a pagar não processados e, junto com as respectivas áreas demandantes, realizou a execução ou o devido cancelamento dos mesmos. Analisando o Quadro 10 observa-se que foram resolvidos 61,61% dos restos a pagar não processados, sendo pagos 59,06% e cancelados 2,55%.

O Decreto nº 9.428/2018 definiu, em resumo, o dia 31 de dezembro de cada ano como sendo o prazo final para a execução dos empenhos reinscritos em restos a pagar não processados. Assim, em 31/12/2020 os empenhos inscritos em restos a pagar não processados que foram emitidos até 2017 e ainda possuíam saldo foram cancelados, restando apenas os recursos orçamentários oriundos de Emendas Parlamentares.

Os restos a pagar reinscritos, relativos aos exercícios anteriores a 2020, que representam 28,58% do montante registrado em 01/01/2021, têm em sua



maior parcela (82,24%) despesas de investimentos, composta por empenhos referentes às obras em andamento na UFABC.

Importante destacar que os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores a 2016 apresentavam como beneficiárias, em sua maioria, empresas que têm pendências administrativas ou judiciais com a UFABC, procedendo-se a retenção de seus pagamentos até a resolução das mesmas.

## 2.10. Suprimento de fundos

### 15. De maneira geral, de que forma a UFABC realiza a gestão de suprimentos de fundos?

A concessão e a gestão de suprimentos de fundos são feitas visando a atender a necessidade das áreas em relação à utilização deste recurso como modalidade de contratação e tem sido pautada pelo atendimento à legislação específica.

A utilização é feita por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), uma vez que a legislação não permite o uso da Conta Tipo B nas instituições de características similares à UFABC.

### 16. Preencha o quadro 11 demonstrando a despesa consolidada com suprimentos de fundos realizada com utilização da Conta Tipo “B” e do cartão corporativo.

Quadro 11 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2020	154503	UFABC			2	2.000,00	1.000,00
2019	154503	UFABC			4	3.800,00	2.100,00
2018	154503	UFABC			8	8.620,00	2.000,00

Fonte: ProAd - CGFC

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Exercício Financeiro:** Exercício financeiro de concessão do limite a ser utilizado como suprimento de fundos, considerando o de referência do Relatório de Gestão e os dos dois imediatamente anteriores.

**Unidade Gestora (UG) do SIAFI:** Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi concedido o suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado suprimento.

### Meio de Concessão

**Conta Tipo B:** Conta bancária destinada à movimentação de suprimento de fundos, desdobrada por:

- **Quantidade:** quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG da UJ, no respectivo exercício financeiro, para realizarem a aplicação de recursos utilizando-se da Conta Tipo B. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.
- **Valor Total:** montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B.

**Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF):** emitido em nome de UG, destinado a representante do Governo Federal para pagamento de bens, serviços e despesas autorizadas, desdobrando-se em:

- **Quantidade:** quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG que compõe a UJ, nos respectivos exercícios financeiros, para realizarem a aplicação de recursos utilizando-se do CPGF. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.
- **Valor Total:** montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização do CPGF.

**Valor do maior limite individual concedido:** Informar o valor do maior limite concedido aos supridos. Se o maior limite concedido for superior ao estabelecido pelas normas que regem a concessão de suprimento de fundos, o fato deve ser explicado e justificado no texto relativo à análise crítica.

## Utilização de Suprimento de Fundos

O quadro 12 abaixo correspondente ao segundo demonstrativo e visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

**17. Preencha o quadro 12 com informações sobre valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.**

Quadro 12 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2020	154503	UFABC			0	0,00	328,69	328,69
2019	154503	UFABC			1	150,00	2.975,68	3.125,68
2018	154503	UFABC			2	873,75	2.333,07	3.206,82

Fonte: Proad - CGFC

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Exercício:** Exercício financeiro em que as despesas foram realizadas com uso de suprimento de fundos, considerando o de referência do relatório de gestão e o imediatamente anterior.

**Unidade Gestora (UG) do SIAFI:** Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi registrado o uso do suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado suprimento.

**Conta Tipo B:** Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio de conta bancária específica, desdobrando-se em:

- **Quantidade:** quantitativo anual de utilização de suprimento de fundos pelo conjunto de supridos de cada UG da UJ, no respectivo exercício financeiro, por intermédio de Conta Tipo B. A quantidade de utilização deve corresponder à quantidade de débitos efetuados na conta bancária.
- **Valor Total:** montante financeiro anual efetivamente utilizado pelos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B. As eventuais devoluções de valores devem ser deduzidas.

**Cartão de Pagamento do Governo Federal:** Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio do CPGF, desdobrando-se em:

**Saque:** Informação sobre o somatório anual dos recursos financeiros sacados em espécie pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UJ:

**Quantidade:** quantitativo anual das operações realizadas pelo conjunto de portadores da UG da UJ, nos respectivos exercícios financeiros, com a utilização do cartão corporativo na modalidade de saque.

**Valor:** montante financeiro anual dos saques efetuados pelos portadores de cartão corporativo de cada UG da UJ.

**Fatura:** Informação sobre o uso anual do CPGF em transações da função crédito pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UJ:

**Valor:** montante financeiro anual, despendido pelos portadores de cada UG da

UJ para a realização de despesas com a utilização do cartão de crédito corporativo, na modalidade fatura.

**Total:** Somatório dos valores utilizados pelo conjunto dos portadores de CPGF de cada UG da UJ, em Real, na modalidade de saque e na função crédito do cartão, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

**18. Preencha o quadro 13 a fim de evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimentos de fundos.**

Quadro 13 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total (R\$)
154503	UFABC	30 – MATERIAL DE CONSUMO	16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	328,69

Fonte: Proad - CGFC

## DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**Unidade Gestora (UG) do SIAFI:** Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual a despesa com uso de suprimento de fundos foi registrada. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado uso de suprimento em qualquer modalidade.

**Classificação do Gasto:** Identificação do montante gasto com suprimento de fundos, em qualquer modalidade e por intermédio de qualquer meio (Conta Tipo B e CPGF), em cada elemento e subitem de despesa, considerando cada UG que compõe a UJ.

**Elemento de Despesa:** Indicação do objeto de gasto em que foi aplicado o suprimento de fundos em cada UG da UJ. Devem ser indicados o código e o nome do Elemento de Despesa. Cada Elemento de Despesa em que foram aplicados os fundos supridos podem se desdobrar em subitens, os quais devem ser especificados conforme coluna a seguir;

**Subitem da Despesa:** Indicação do menor detalhamento da despesa efetuado

com uso do suprimento de fundos. Devem ser indicados o código e o nome do Subitem da Despesa;

**Total:** Montante gasto em cada Subitem da Despesa, em cada UG que compõe a UJ. Pode-se totalizar, também, por Elemento de Despesa.

**19. Qual análise se faz dos quadros 11 a 13, a respeito da gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimentos de fundos? Consignando inclusive informações sobre controles internos instituídos para assegurar que a aplicação de tais recursos está em conformidade com a legislação vigente.**

Os quadros 11 a 13 demonstram que a quantidade de suprimentos de fundos concedidos aos servidores da UFABC nos últimos anos vem diminuindo gradativamente, sendo que em 2020 houve pouca procura por causa da pandemia.

Mesmo considerando uma instituição do porte da UFABC, a utilização de suprimento de fundos para aquisições de pequeno vulto e emergenciais tem sido pequena, não chegando a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por exercício nos últimos anos.

A CGFC promove rigoroso controle sobre a utilização desse meio de pagamento, destacando-se o suporte dado ao usuário quando da utilização efetiva do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), tendo como base a legislação vigente. O alcance desse controle é a aprovação de todas as prestações de contas advindas de sua utilização.

**20. Ainda em relação aos quadros 11 a 13, quais as razões que levaram o gestor a optar pelo uso de medidas excepcionais tais como saques, uso de conta bancária, extrapolação de limites etc.? Detalhando também a situação geral das prestações de contas retratando, em especial, as razões para eventual não apreciação de prestações de contas já apresentadas e as medidas adotadas em relação às prestações de contas não aprovadas.**

No exercício de 2020 não foi utilizada a modalidade saque no cartão de suprimento de fundos.

## 2.11. Patrimônio

**21. Quais foram as medidas, critérios e procedimentos para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da UFABC? Deve-se considerar os critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente.**

A depreciação dos bens lotados na UFABC foi parcialmente realizada em 2020, uma vez que existem divergências entre os saldos das contas do controle físico patrimonial e os valores contabilizados.

Os saldos das contas do controle físico patrimonial estão sendo analisados, comparando-os com os saldos das contas contábeis com o objetivo de ajustar ambos os controles. Quando da conclusão desse trabalho, os lançamentos contábeis referentes à depreciação dos bens serão atualizados.

No mesmo sentido foi realizada a apuração dos bens intangíveis adquiridos visando à formação de controle dos bens passíveis de amortização.

## 2.12. Gestão de custos

**22. Qual o estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da UFABC, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos? Considerando:**

a) a identificação da estrutura orgânica da unidade

jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

b) a identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;

c) a descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

d) as práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

e) os impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

f) os relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Salvo o controle orçamentário, não há, no âmbito da Instituição, qualquer outra sistemática de apuração dos custos de programas e das unidades administrativas resultantes da atuação da UFABC.

### 2.13. Conformidade contábil

**23.** De que forma é realizada a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada? Levando em consideração:

a) a descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UFABC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

b) as informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o



exercício;

**c) a descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de 2015 do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização?**

A conformidade contábil relativa à gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada por servidores destacados para o cumprimento dessa função, os quais não executam rotinas de execução orçamentária e financeira.

As ocorrências relativas às inconformidades encontradas, quando da execução da rotina orçamentária, financeira e patrimonial são tempestivamente sanadas. Não há, ao final do exercício de 2020, qualquer inconformidade não sanada.

A estrutura e a rotina de realização da conformidade dos registros de gestão foram analisadas pela Auditoria Interna da UFABC, a qual emitiu parecer favorável.

**24. Quais os critérios e procedimentos, estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aplicados na UFABC, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.? As informações prestadas devem conter, no mínimo:**

**a) Se a UFABC está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;**

**b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;**

**c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;**

**d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;**

**e) As taxas utilizadas para os cálculos;**

**f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;**

**g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UFABC no exercício.**

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9 dispõe sobre a depreciação, amortização e exaustão dos bens da União. A depreciação dos bens lotados na UFABC foi parcialmente realizada em 2020, uma vez que os saldos das contas do controle físico patrimonial estão em desacordo com os valores contabilizados.

A metodologia de cálculo utilizada é a da depreciação linear do ativo, conforme determina a macrofunção 02.03.30/STN. As taxas utilizadas no cálculo e a metodologia adotada para estimar a vida útil do ativo são as mesmas da legislação citada.

Em relação ao disposto na NBC T 16.10, que versa sobre avaliação e mensuração de ativos, não foram realizadas ações de reavaliação dos materiais permanentes, e conseqüentemente, não há registro de impacto.

## **2.14. Desempenho financeiro**

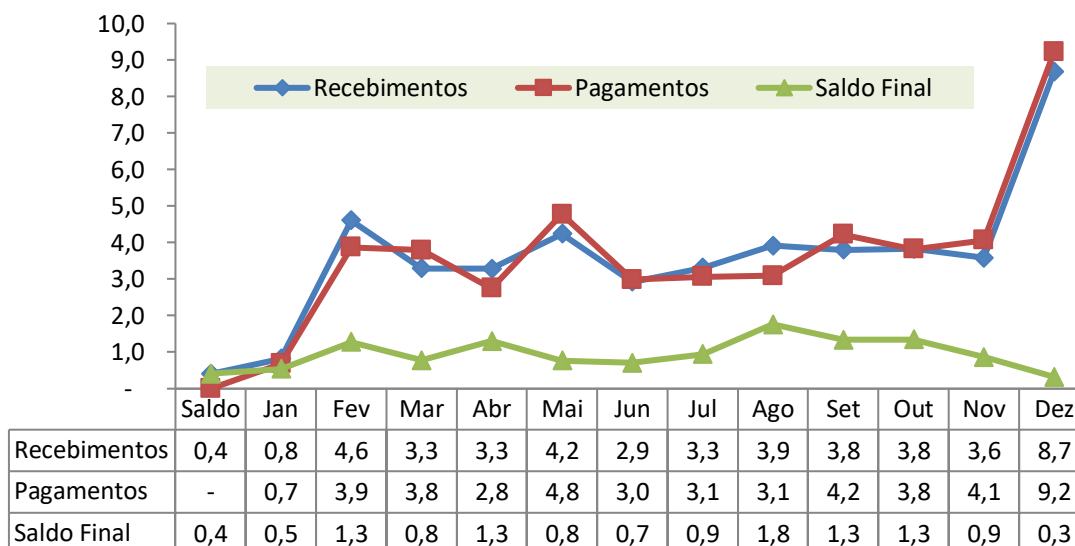
**25. Descreva o desempenho financeiro da UFABC no exercício demonstrando os resultados obtidos pela Universidade na condução da sua gestão financeira e faça a análise crítica sobre esse desempenho, observando os seguintes pontos:**

- a) Deve-se buscar demonstrar as informações relevantes sobre o fluxo financeiro de forma a demonstrar a compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios financeiros;**
- b) Deve-se detalhar as eventuais dificuldades enfrentadas pela área na sua gestão tais como contingenciamento, limitação de gastos, dificuldade de estimação dos ingressos;**
- c) Apresentar os indicadores para o monitoramento do desempenho financeiro, caso houver.**

Os recursos financeiros foram repassados mensalmente com base nos compromissos liquidados, sendo os pagamentos efetuados de forma contínua

ao longo do exercício de 2020, conforme pode-se observar na análise do gráfico abaixo.

**Gráfico 3 – Liberação e utilização de recursos financeiros (Valores em R\$ 1.000.000,00)**



Fonte: Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA) - Relatório Orçamentário e Financeiro 2020

## 2.15. Demonstrações contábeis

**26.** Apresente, se for o caso as Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas observando os seguintes pontos:

a) Caso a UFABC não tenha elementos para elaboração das demonstrações estabelecidas nas normas poderão ser elaborados quadros especiais relativos às informações contábeis de determinado aspecto de sua gestão;

b) Caso não seja possível a elaboração das demonstrações contábeis ou quadros especiais por alguma deficiência operacional (de sistemas, por exemplo), a unidade excepcionalmente neste exercício, poderá apresentar as justificativas da não apresentação e demonstrar as medidas que estão sendo adotadas para a regularização na prestação de

## **contas do exercício seguinte.**

As demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações de Fluxos de Caixa, bem como as Notas Explicativas e a Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI – com ressalvas, estão compiladas em documento distinto, no formato \*.pdf, como ANEXO II. Destaca-se que o mesmo documento foi remetido aos órgãos superiores através do SIAFIWeb.

## **2.16. Declaração do contador**

**27.** Preencha a “declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI”, sendo que são apresentadas duas sugestões de estrutura da declaração: uma para a declaração plena, quando as demonstrações contábeis e os registros contábeis estão livres de distorções relevantes; outra para a declaração com ressalvas, quando as demonstrações contábeis ou os registros contábeis estão afetados por alguma distorção relevante.

Conforme informado anteriormente, a Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI – com ressalvas, está sendo apresentada junto ao ANEXO II.

## **DESCRIÇÃO DOS CAMPOS (Comum aos Quadros 14 e 15)**

### **Conteúdos determinados pela Portaria TCU Nº 321/2015:**

**Denominação completa:** A denominação da UJ depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

**Código da UG:** É o código das UG constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que o utilizam em sua modalidade total.

**Texto da Declaração:** É o campo destinado ao registro da declaração do Contador, segundo os quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 deste item, conforme a situação das demonstrações contábeis.

**Local:** Localidade da federação onde se situa a UJ e/ou onde a Declaração foi elaborada.

**Data:** Dia, mês e ano de elaboração da Declaração.

**Contador Responsável:** Nome do Contador responsável pela contabilidade da UJ e pela emissão da Declaração.

**CRC nº:** Número do registro do Contador junto ao Conselho Regional de Contabilidade

## 2.17. Geral

**46. O exercício 2020 começou com 40% do orçamento de custeio bloqueado (dependendo de nova aprovação do congresso), porém, com a suspensão das atividades presenciais por conta da pandemia, algumas áreas tiveram seus gastos com determinados contratos forçosamente reduzidos. Por conta disso e por conta da aprovação dos referidos 40% que se encontravam bloqueados, foi possível suplementar o orçamento para o atendimento de algumas demandas (inclusive de investimentos). Comente sobre como as eventuais suplementações orçamentárias (ou possíveis restrições que ainda persistiram) em sua área impactaram as atividades e os resultados alcançados pela área.**

O contingenciamento de parte dos recursos no início de 2020 e a sua suplementação em razão da pandemia, prejudicaram o planejamento das áreas técnicas da Universidade, resultando em um acúmulo de processos de aquisições/contratações no segundo semestre e afetando o desenvolvimento

das atividades das diversas áreas envolvidas no fluxo de aquisições/contratações e comprometendo o planejamento inicial.

**47. A fim de se adotar as boas práticas de governança e de melhorar ainda mais a execução dos serviços públicos prestados, conforme preconizam os Acórdãos 588/2018 – Plenário e 2699/2018 Plenário e suas alterações, que medidas foram tomadas pela sua área, no sentido de promover mudanças positivas e aumento de desempenho, com base nos resultados dos indicadores do TCU mais aderentes à sua área? Os resultados podem ser verificados em:**

**[https://www.tcu.gov.br/igq2018//219-](https://www.tcu.gov.br/igq2018//219-UFABC%20(Funda%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20do%20ABC).pdf)**

**UFABC%20(Funda%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20do%20ABC).pdf**, e inicialmente verificamos que os indicadores “iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)”, “iGovPub (índice de governança pública)”, iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações) e iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações), bem como os demais indicadores que avaliam estes quatro indicadores principais, estão relacionados com sua área.

Com o intuito de adotar boas práticas e melhorar a execução dos serviços públicos prestados, nos últimos anos a UFABC vem realizando diversas ações voltadas para a governança, riscos e controle. A ação inicial originou-se em 2017 com a publicação da Portaria da Reitoria nº 121, de 03 de março de 2017 no BS nº 633 de 7 de março de 2017, que instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC), formado pela alta administração da Universidade, que se reúne periodicamente para tratar de temas afins.

Outros dois grandes destaques ocorreram no ano de 2019. O primeiro diz respeito à aprovação do Plano de Integridade da UFABC, instituído pela Portaria da Reitoria nº 104, de 12 de abril de 2019 e publicada no Boletim de Serviços nº 835, de 16 de abril de 2019. O segundo trata da aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos, instituída pela Portaria da Reitoria nº

353, de 10 de outubro de 2019 e publicada no Boletim de Serviços nº 884, de 11 de outubro de 2019.

Em conjunto, esses dois documentos representam um grande avanço da Universidade no desenvolvimento da cultura de integridade e governança e são base da constante atualização dos modelos de documentos e fluxos utilizados pela Pró-Reitoria de Administração.

Os índices e indicadores apresentados no Levantamento de Governança e Gestão Pública, referem-se ao ano de 2018, quando ainda não havia uma grande divulgação dessa temática na Universidade.

Analisando o Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG), o Índice de Governança Pública (iGovPub) e o Índice de Capacidade em Gestão de Contratos (iGestContrat), vemos que a autoavaliação da UFABC acompanha o cenário das demais instituições de ensino e do grupo geral avaliado, situando-se entre a classificação inicial e intermediária, demonstrando a necessidade de trabalhar mais a temática da governança na Universidade.

Com a aprovação e publicação do Plano de Integridade e da Política de Gerenciamento de Riscos, ambas ocorridas no exercício de 2019, entende-se como natural que ocorra um aumento nas ações de governança adotadas, permitindo uma análise mais realista da atual situação da Universidade.

Em 2020 a ProAd foi designada como Unidade de Gestão da Integridade da UFABC, e mesmo com as dificuldades impostas pelo cenário da pandemia, acompanhou as ações e reuniões técnicas organizadas pela CGU e pela OCDE, de forma a aprimorar os programas de integridade pública e promover a cultura de integridade na Universidade. O destaque dessa atuação foi a participação na campanha “Integridade somos todos nós”, que teve o objetivo de dar maior publicidade ao Plano de Integridade de cada instituição, aprimorar os programas de integridade pública e promover a cultura de integridade na Universidade.

Essas ações, somadas aos índices e indicadores apurados nos levantamentos recentes feito pelo Tribunal de Contas da União, possibilitarão uma melhor avaliação da UFABC, identificando e implantando boas práticas de

governança que melhorem o desempenho e a qualidade dos serviços públicos prestados, especialmente no que diz respeito à gestão de contratações.

**48. Para além dos temas apontados aqui, se achar pertinente, pode descrever outros processos, iniciativas ou ações sob sua responsabilidade que avalia importante destacar como relevante em 2020.**

Como um dos destaques de ações realizadas em 2020, cita-se o Plano Anual de Contratações, instituído por força da Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019. Em 2020 ocorreu a execução do primeiro plano da UFABC, exigindo grande esforço por parte dos servidores e setores envolvidos no processo de execução orçamentária, com destaque para os servidores lotados nas Divisões da Pró-Reitoria de Administração.

Esse Plano foi elaborado em 2019, servindo de base para a elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual. Após sua sanção em janeiro de 2020, o plano foi ajustado para ficar mais próximo dos valores efetivamente disponibilizados para esta Universidade.

Ao longo do ano, especialmente por conta dos efeitos da pandemia, o plano sofreu alguns ajustes, encerrando com 2249 (dois mil, duzentos e quarenta e nove) itens. Destes, 1304 (um mil, trezentos e quatro) foram convertidos em processos, já incluindo as prorrogações de contratos de serviços continuados, o que representa uma execução de, aproximadamente, 58%.

Por ser o primeiro Plano Anual de Contratações elaborado e executado pela Universidade, sendo a execução em um ano totalmente atípico e sob os efeitos de uma pandemia, entende-se que o índice de efetivação foi coerente.

Entende-se, ainda, que os procedimentos para elaboração, execução, ajustes e acompanhamento do Plano devem ser melhorados constantemente, pois trata-se de uma peça importante para planejamento e execução orçamentária.

Outro ponto de destaque ao longo de 2020 foi a nomeação e atividade



do Comitê da UFABC contra coronavírus (Covid-19) para apoio às ações de Pesquisa, Extensão e Inovação, instituído pela Portaria da Reitoria nº 411, de 30 de março de 2020, publicada no BS nº 930, de 31 de março de 2020.

Referido comitê foi responsável pela publicação dos Editais nº 41/2020 - REIT, 48/2020 - REIT e 73/2020 - REIT, que apresentavam objetivo de prospectar projetos de Extensão, Pesquisa e Inovação, para contribuir para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19). No total, foram submetidos 65 (sessenta e cinco) projetos, sendo aprovados 50 (cinquenta), os quais foram acompanhados pelo Comitê e por diversas áreas envolvidas.

A ProAd teve grande envolvimento nessa ação, tanto com a participação de servidores no Comitê, quanto com o acompanhamento e suporte na execução dos projetos, atuando na aquisição de bens e insumos, nos pagamentos de bolsas e no apoio aos pesquisadores.